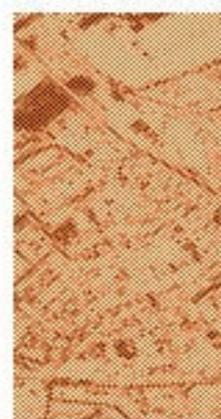


MUNICÍPIO DE ÉVORA



PLANO DIRECTOR MUNICIPAL

RELATÓRIO

DEZEMBRO 2007

VOLUME II - PROPOSTA

ÍNDICE

1. QUADRO ESTRATÉGICO DE REFERÊNCIA	5
1.1. SÍNTESE DOS ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO MUNICIPAL	6
1.2. IDENTIFICAÇÃO DOS DESAFIOS ESTRATÉGICOS	11
2. ESTRATÉGIA DE ORDENAMENTO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL.....	13
2.1. DESIGNIOS DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL.....	14
2.2. OPÇÕES ESTRATÉGICAS DE ORDENAMENTO TERRITORIAL	15
2.2.1. AFIRMAR ÉVORA ENQUANTO PÓLO ESTRUTURANTE DO TERRITÓRIO REGIONAL	15
2.2.2. REESTRUTURAR A CIDADE FACE À EMERGÊNCIA DE NOVAS CENTRALIDADES.....	16
2.2.3. CONSOLIDAR A REDE DE AGLOMERADOS RURAIS DO CONCELHO	17
2.2.4. VALORIZAR O ESPAÇO RURAL DO CONCELHO	18
2.3. OPÇÕES ESTRATÉGICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	18
2.3.1. POTENCIAR OS RECURSOS AMBIENTAIS E PATRIMONIAIS.....	19
2.3.2. ROBUSTECER A BASE ECONÓMICA.....	19
2.3.3. PROMOVER A QUALIDADE DE VIDA	20
2.3.4. REFORÇAR AS CONDIÇÕES DE MOBILIDADE	21
3. CENÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO.....	23
3.1. ESTIMATIVAS DA POPULAÇÃO.....	24
3.1.1. ESTIMATIVAS DA POPULAÇÃO RESIDENTE – 2011	24
3.1.2. ESTIMATIVAS DA POPULAÇÃO RESIDENTE – 2016	28
3.1.3. CENÁRIOS DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO CONCELHO DE ÉVORA, PARA 2011 E 2016.....	30
4. MODELO DE ORDENAMENTO	37
4.1. OPÇÕES ESTRATÉGICAS DO ORDENAMENTO TERRITORIAL.....	38
4.2. SOLO URBANO	39
4.2.1. CIDADE DE ÉVORA.....	39
4.2.2. CIDADE INTRA-MUROS	41
4.2.3. CIDADE EXTRA-MUROS	42
4.2.4. BAIRROS PERIFÉRICOS À CIDADE.....	46
4.2.5. AGLOMERADOS URBANOS SEDES DE FREGUESIAS RURAIS.....	47
4.2.6. OUTROS AGLOMERADOS.....	65
4.3. SOLO RURAL.....	66
4.3.1. ESPAÇOS AGRÍCOLAS E FLORESTAIS.....	69
4.3.2. ESPAÇOS DE EXPLORAÇÃO MINEIRA	77
4.3.3. ESPAÇOS AFFECTOS A ACTIVIDADES INDUSTRIAIS.....	77
4.3.4. ESPAÇOS DESTINADOS A INFRA-ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS.....	78
4.3.5. ESPAÇOS DE PROTECÇÃO AMBIENTAL.....	79
4.4. ESPAÇOS CANAIS E PERCURSOS PATRIMONIAIS E AMBIENTAIS.....	83
4.4.1. REDE RODOVIÁRIA	83

4.4.2.PERCURSOS PATRIMONIAIS E AMBIENTAIS	85
4.5. INFRA-ESTRUTURAS	87
4.5.1.REDE DE ABASTECIMENTO PÚBLICO DE ÁGUA	87
4.5.2.DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS	90
4.5.3.INFRA-ESTRUTURAS ELÉCTRICAS	90
4.5.4.REDE DE TELECOMUNICAÇÕES	91
4.6. EQUIPAMENTOS	91

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1:	LOCALIZAÇÃO DAS ÁREAS DE EXPANSÃO URBANA PROPOSTAS PARA A CIDADE DE ÉVORA.....	44
FIGURA 2:	QUINTINHAS - LOCALIZAÇÃO DOS POLÍGONOS A QUE SE REFERE O ART. 92º, 1, B) DO REGULAMENTO.....	73

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1:	ESTRUTURA ETÁRIA DO CONCELHO, POR UNIDADES GEOGRÁFICAS DE NÍVEL I, EM 2001.....	24
QUADRO 2:	POPULAÇÃO PROJECTADA, POR GRUPOS ETÁRIOS, EM 2011, SEGUNDO A EVOLUÇÃO NATURAL, POR UNIDADES GEOGRÁFICAS DE NÍVEL I.....	26
QUADRO 3:	SALDO MIGRATÓRIO PREVISTO PARA 2011, POR GRUPOS ETÁRIOS.....	26
QUADRO 4:	ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO RESIDENTE, POR GRUPOS ETÁRIOS, PARA 2011, NO CONCELHO DE ÉVORA E UNIDADES GEOGRÁFICAS DE NÍVEL I.....	28
QUADRO 5:	POPULAÇÃO RESIDENTE PROJECTADA PARA 2016 NO CONCELHO DE ÉVORA, SEGUNDO A EVOLUÇÃO NATURAL.....	29
QUADRO 6:	ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO CONCELHO DE ÉVORA 2016, POR GRUPOS ETÁRIOS, PARA AS UNIDADES DE NÍVEL I.....	30
QUADRO 7:	HIPÓTESE 1 - ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO RESIDENTE PARA O CONCELHO DE ÉVORA, POR GRUPOS ETÁRIOS PARA 2011 E 2016.....	32
QUADRO 8:	HIPÓTESE 2 - ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO RESIDENTE PARA O CONCELHO DE ÉVORA, POR GRUPOS ETÁRIOS PARA 2011 E 2016.....	33
QUADRO 9:	HIPÓTESE 3 - ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO RESIDENTE PARA O CONCELHO DE ÉVORA, POR GRUPOS ETÁRIOS PARA 2011 E 2016.....	35
QUADRO 10:	TIPOLOGIA DE USOS DO SOLO PARA AS ÁREAS DE EXPANSÃO DA CIDADE.....	46
QUADRO 11:	REQUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA NAS SEDES DE FREGUESIA.....	50
QUADRO 12:	FREGUESIAS RURAIS - ESTIMATIVA DA EXPANSÃO HABITACIONAL.....	51
QUADRO 13:	QUINTINHAS – EDIFICAÇÃO NOS POLÍGONOS A QUE SE REFERE O ART. 92º, 1, B) DO REGULAMENTO.....	74

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1:	DESÍGNIO E EIXOS DA ESTRATÉGIA DE ORDENAMENTO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL.....	15
------------	--	----

1. QUADRO ESTRATÉGICO DE REFERÊNCIA

Este capítulo tem como objectivo proceder ao estabelecimento do quadro estratégico de referência para a proposta de desenvolvimento e ordenamento territorial do concelho de Évora. Para o efeito, são aqui realizadas **(i)** a síntese dos estudos de caracterização do território municipal e **(ii)** a identificação dos desafios estratégicos para o concelho.

1.1. SÍNTESE DOS ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO MUNICIPAL

A posição geográfica específica do concelho de Évora, no centro do Alentejo e sensivelmente a meio caminho entre a orla litoral portuguesa e a fronteira espanhola confere-lhe uma localização privilegiada como inter-face nas relações internas e internacionais. Com efeito, tal localização, tem sido determinante na sua inserção natural no território Ibérico e Europeu, no espaço em que confluem o "Arco Atlântico" e o "Arco Latino"/ Mediterrâneo Ocidental, na denominada região do Sudoeste Europeu que integra a "Diagonal Continental" e alcança o Oceano Atlântico.

Neste contexto, Évora constitui-se como espaço charneira entre o litoral alentejano e a Estremadura espanhola, em que a plataforma portuária de Sines assegura o transporte marítimo de cargas entre o sul e o norte da Europa, bem como o acesso rodoviário (pelas vias IC33, IP2 e A6) a toda a Europa, através da cidade raiana de Elvas. Admite-se pois que algumas dinâmicas económicas já detectadas na base territorial sejam reforçadas no futuro, por via do corredor ferroviário de Alta Velocidade que, prevê uma paragem em Évora a norte da cidade.

De forma complementar, a importância de Évora decorre da interacção funcional com os principais espaços de afirmação da base económica da Região Alentejo. De facto, dentro do sistema envolvente regional, Évora destaca-se pela posição que ocupa como principal centro de serviços do Alentejo, carecendo porém de reforçar as conexões com os centros sub-regionais de Portalegre, Beja e Sines e com o *Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva*, tendo em vista o fortalecimento e articulação da sua base económica e da rede urbana do Alentejo.

Assim, ainda que existam algumas insuficiências nas infra-estruturas viárias, a melhoria das acessibilidades a Évora, contribuirá para a qualificação daqueles centros e aumentará as potencialidades de afirmação do papel nuclear da cidade no interior sul português. De facto, Évora tem vindo a assumir claramente uma vocação patrimonial, cultural, universitária, e de prestação de serviços, associada à existência de uma reconhecida qualidade ambiental, que potencia o desenvolvimento do seu território, bem como das suas periferias mais próximas.

Em consequência do reforço da sua urbanidade e atractividade no contexto regional em que se integra, com especial incidência nas fileiras cultural/universitária, administração pública e turística, apareceram algumas disfunções territoriais no concelho, originando mesmo uma

quebra populacional da área rural envolvente, com repercussões, entre outros aspectos, na perda de importância da fileira agro-alimentar. Também a disponibilidade de equipamentos e serviços e o protagonismo socio-económico da cidade, sustentam uma quotidiana e significativa deslocação populacional de cariz pendular para o concelho, da qual decorrem algumas disfunções no uso de infra-estruturas e equipamentos colectivos, situação típica de uma inserção polarizadora no contexto urbano regional.

O **enquadramento regional** do concelho de Évora é ainda marcado pela intensidade assumida por processos de desvitalização económica, social e demográfica, os quais têm contribuído para reforçar o seu carácter periférico no contexto nacional. Não obstante, esta situação, comum a uma extensa faixa interior do território nacional, tem simultaneamente conduzido a uma afirmação progressiva da cidade de Évora no seio do sistema urbano regional e nacional, posicionando-a como principal centro populacional e económico da região do Alentejo. Por outro lado, verifica-se que a melhoria das condições de inserção na rede principal de infra-estruturas de transporte estão na origem de um novo posicionamento geoestratégico e geoeconómico face à envolvente regional, aspecto cujo potencial se poderá revelar estruturante para o desenvolvimento futuro da cidade e do concelho.

Em matéria de **actividades económicas**, constata-se que a evolução concelhia, à semelhança da evolução do mundo ocidental, tem sido marcada por uma crescente terciarização, a qual se encontra significativamente apoiada na capacidade empregadora do sector público. Este facto, que decorre directamente da condição da cidade de Évora enquanto capital administrativa regional, é também responsável pelo desenvolvimento de diversas actividades complementares (p. ex. comércio, construção, serviços sociais e pessoais, etc.) que devem a sua expansão à presença de um mercado de consumo de dimensão apreciável, o qual tem sido beneficiado pela presença da Universidade.

Não obstante este dinamismo, verifica-se que a base económica concelhia apresenta diversas fragilidades quando comparada com outras cidades médias portuguesas, das quais avulta a fraca expressão e tradição das actividades industriais. Este facto não pode deixar de ser entendido como penalizador da dinâmica económica e de emprego local, ampliando a sua vulnerabilidade potencial em relação a uma evolução menos positiva do sector público. Da mesma forma, deve entender-se que esta fraca expressão relativa das actividades industriais poderá revelar-se condicionadora na atracção de novos investimentos, dada a escassez de economias de aglomeração em presença, situação que é agravada com a actual ausência de condições infra-estruturais no Parque Industrial e Tecnológico de Évora (PITÉ) para o seu acolhimento. Por último, constata-se ainda que a dotação ímpar da cidade e do concelho em termos patrimoniais, culturais e paisagísticos permanece insuficientemente aproveitada pela actividade turística.

O padrão de especialização industrial do concelho de Évora e da sua envolvente transversal, situada ao longo do corredor viário “Lisboa/Setúbal/Vendas-Novas/Montemor/Évora”, apresenta uma configuração distinta face aos restantes concelhos da sub-região Alentejo Central. De facto, as actividades industriais com capacidade para diferenciar o produto e para aproveitar as economias de escala constituem a base da competitividade na região, não obstante o facto de o número de empresas existentes ser ainda insuficiente para gerar a massa crítica exigida por um cluster territorial plenamente estruturado e consolidado.

O ritmo de **constituição de novas sociedades** e a expressão revelada pela respectiva estrutura sectorial indicia, por um lado, o dinamismo da atractividade empresarial num dado espaço e, por outro, a existência de eventuais bloqueios ao estabelecimento de novas unidades¹. Os resultados da aplicação de um “quociente de localização” de novas empresas no último triénio disponível, evidencia de forma expressiva que o concelho de Évora registou uma elevada atractividade relativa nas actividades de serviços financeiros, imobiliários, de apoio às empresas e, ainda no domínio da Administração, Educação, Saúde e Acção Social. Tal tendência, ilustra o reforço da centralidade da função terciária de Évora, confirmando o seu papel determinante enquanto capital regional na Prestação de múltiplos e diversificados Serviços.

Também no domínio da indústria transformadora, o concelho de Évora consolidou a sua atractividade no contexto regional, com especial destaque para os ramos industriais de “Fabricação de Equipamento Eléctrico” e “Outras indústrias não especificadas”. Em sentido oposto, as empresas utilizadoras de recursos naturais (caso dos ramos alimentar e da fileira florestal) e dos Têxteis e Couro têm manifestado maior preferência pelos concelhos limítrofes. Cremos pois estar perante uma tendência de especialização funcional, de cariz complementar, do centro - cidade e dos municípios confinantes que, após plena consolidação, dinamizará os fluxos intra-regionais de bens, serviços e factores e reforçará a afirmação da cidade como pólo de fornecimento serviços e de determinado tipo de indústria.

O turismo tem-se afirmado como uma das áreas mais relevantes das actividades económicas do concelho de Évora. Assim, tendo em conta as dinâmicas da Procura e da Oferta deste tipo de serviços e a necessidade de articular e racionalizar as intervenções dos agentes envolvidos, com a finalidade de robustecer as perspectivas de desenvolvimento da actividade no concelho, importará definir uma estratégia de intervenção global envolvendo os distintos actores. A

¹ Rácio entre o peso, em termos de número de Sociedades constituídas em Évora e o peso em termos do número de Sociedades constituídas no resto do Alentejo Central e do Alentejo (ou seja, aos valores dos agregados territoriais subtraímos os valores de Évora). Assim, quando o valor for superior a 1 o concelho é especializado nessa actividade; no caso, como se trata de constituição de empresas num dado período, referimos que tem sido mais atractivo na captação de novos empresários em tais actividades.

articulação de intervenções que potenciem a oferta turística, no que diz respeito à disponibilidade de produtos/serviços nas suas vertentes cultural, ambiental, e de qualidade de vida urbana e rural, deve procurar a criação de condições favoráveis à valorização dos recursos existentes e permitir a satisfação das novas tendências nacionais e internacionais da procura turística.

Em relação à **dinâmica do índice sobre o poder de compra concelho** (e o nível de bem-estar associado), os resultados reflectem de forma notória o reforço do papel central da cidade de Évora, no contexto do Alentejo e, quiçá, na rede urbana do interior português. cremos que tal tendência constitui a causa e o corolário da elevada atractividade relativa que o concelho vem exercendo sobre determinado tipo de actividades económicas e que, em última instância, justificam a significativa atracção junto da população residente nos territórios limítrofes, geradora de importantes movimentos pendulares por motivos sócio-profissionais.

Do ponto de vista da **demografia**, a evolução recente do concelho foi marcada por uma dinâmica de crescimento positiva entre 1991 e 2001 (+5,1%), facto que é especialmente assinalável no contexto de uma região que vem sendo profundamente afectada pelo despovoamento. Uma análise mais detalhada revela, contudo, a presença de fortes assimetrias no interior do território concelho, opondo uma realidade urbana (cidade e envolvente imediata) em crescimento a uma realidade rural em decréscimo continuado de efectivos. Esta trajectória tem acentuado um modelo territorial caracterizado pelo esvaziamento populacional e funcional das áreas rurais em favor da cidade, reforçando os desequilíbrios existentes.

Ainda no campo demográfico, verifica-se uma clara degradação dos indicadores de vitalidade da população residente, situação que decorre da tendência de duplo envelhecimento em curso. Este processo, materializado através da diminuição da proporção de jovens (*envelhecimento pela base*) e do aumento da proporção de idosos (*envelhecimento pelo topo*), revela-se nefasto para a sustentabilidade demográfica do concelho (em especial nas áreas rurais), a qual se encontra já marcada pela incapacidade endógena de reposição do efectivo populacional. Não obstante, verifica-se ainda que o concelho (a cidade) tem conseguido apresentar taxas de crescimento populacional positivas, facto que se deve em exclusivo à existência de saldos migratórios positivos.

Devemos registar que, em conformidade com os resultados das projecções demográficas efectuadas, o crescimento prospectivo para o ano de 2016 atingirá valores iguais ou superiores a uma taxa de 5,7% relativamente à população residente em 2001, à qual corresponderá um efectivo de cerca de 60 mil habitantes. Esta projecção, maioritariamente apoiada na

manutenção das tendências observadas no período 1991/2001, reforça a importância decisiva da componente migratória enquanto factor principal de crescimento populacional, já que a componente natural apresenta valores negativos. Deste modo, enfatizando a necessidade de se preservarem e/ou renovarem os factores sociais e económicos que determinam a atractividade demográfica do concelho e, em concreto, da sua área urbana.

Em matéria de **infra-estruturas básicas**, verifica-se que têm existido carências assinaláveis nos domínios do abastecimento público de água e do tratamento de águas residuais. No primeiro caso, a situação concelhia tem sido condicionada pela escassez de recursos hídricos em quantidade e qualidade, facto que será atenuado a breve prazo com a conclusão das obras para abastecimento da Albufeira do Monte Novo com água proveniente do Alqueva. Contudo, e face às perspectivas de crescimento do consumo local de água, constata-se alguma incapacidade das infra-estruturas actuais para cobrir integralmente as necessidades futuras. Esta situação de incapacidade é mais premente no segundo domínio elencado, dado o actual estrangulamento da estação de tratamento de águas residuais de Évora, sendo ainda de salientar os problemas de contaminação existentes em áreas servidas por sistemas individuais (normalmente fossa séptica e sumidouro), com especial gravidade nas áreas com maior predominância de *quintinhas*.

Ao nível dos **equipamentos colectivos**, a análise efectuada permitiu concluir pela presença de situações muito contrastadas no concelho. Em termos geográficos, o panorama geral é caracterizado por um contraste relevante entre a cidade e área envolvente e a área rural. No que diz respeito à cidade e área envolvente, a dotação em equipamentos colectivos revela-se satisfatória em função da procura actual e futura, apresentando no entanto situações relativamente confinadas de excesso de capacidade nalguns domínios.

Em relação às áreas rurais, observa-se uma situação generalizada de menor cobertura das necessidades existentes e projectadas (com a excepção dos equipamentos educativos de nível inferior), facto que não pode ser desligado das dificuldades na obtenção de economias de escala decorrentes da configuração da rede de aglomerados e da tendência de duplo envelhecimento que aí conhece a sua máxima expressão. A deficiente capacidade de resposta e/ou conservação de uma parcela significativa da rede de equipamentos colectivos deve, igualmente, ser merecedora de atenção no planeamento das intervenções.

No domínio dos **transportes e acessibilidades**, os principais problemas detectados residem no agravamento das condições de circulação urbana e na deficiente conexão entre aglomerados rurais. Estes problemas estão muito associados à estrutura radial que caracteriza a rede viária do concelho, a qual implica que as articulações entre aglomerados rurais recorram frequentemente a vias eminentemente urbanas. O mau estado de conservação, o perfil desadequado e a sinalização das vias não urbanas são igualmente situações que merecem

especial atenção em matéria de intervenção na rede rodoviária.

Por fim, ao nível da **habitação**, a evolução tem sido caracterizada por um acentuado crescimento do volume de edifícios e alojamentos, sendo igualmente notória uma forte diferenciação espacial no interior do território concelhio. Um dos aspectos que merece maior atenção reside na expansão do parque habitacional na chamada *zona de transição*, fruto da proliferação de processos de fraccionamento da propriedade (as designadas *quintinhas*), situação que está na origem de uma ocupação desordenada do território com assinalável expressão. De acordo com a análise efectuada, verifica-se ainda que os valores de transacção de imóveis destinados a habitação própria apresentam valores elevados, aspecto que tem *desviado* alguma da procura local para concelhos limítrofes. Da mesma maneira, constata-se que o referido fenómeno das *quintinhas* não pode ser dissociado da fraca diversificação tipológica presente no mercado habitacional, onde a oferta de lotes para edifícios unifamiliares isolados, com jardim, tem sido muito escassa. Este fenómeno sugere a necessidade de uma intervenção concertada, no sentido da diversificação da oferta habitacional.

1.2. IDENTIFICAÇÃO DOS DESAFIOS ESTRATÉGICOS

A identificação dos desafios estratégicos com que o concelho de Évora se confronta constitui uma peça analítica fundamental para a construção da respectiva estratégia de desenvolvimento e ordenamento territorial, decorrendo naturalmente da profundidade e do rigor do diagnóstico efectuado. É neste contexto que aqui se identificam quatro desafios estratégicos que, em nossa opinião, deverão enquadrar a fixação dos objectivos do presente PDME, a saber:

- o reposicionamento da cidade/ concelho face à envolvente;
- o robustecimento da base económica local;
- a melhoria da qualidade de vida da população residente;
- o desenvolvimento equilibrado do concelho.

O desafio de **reposicionamento da cidade/ concelho em relação à envolvente** está ligado, no essencial, à necessidade de aproveitar as oportunidades que decorrem de uma conectividade acrescida (física e virtual) a pólos e eixos estruturantes para o desenvolvimento territorial, minimizando assim os riscos de uma progressiva marginalização nesse contexto. Este desafio pode ser desdobrado em (pelo menos) três perspectivas diferentes, mas cuja consideração deve ser feita de modo funcional e articulado, nomeadamente:

- a valorização da posição geográfica no contexto dos *corredores de ligação* entre

o litoral português e o território espanhol, designadamente nos eixos Lisboa-Madrid e Sines-Madrid, promovendo o alargamento da base económica concelhia e a respectiva integração em dinâmicas supra-regionais e transnacionais;

- a articulação de estratégias no contexto do *sistema urbano regional* (que inclui pólos como Beja, Portalegre, Elvas e Estremoz), promovendo a potenciação conjunta da base de recursos presente na região;
- a afirmação da centralidade do concelho no contexto da *envolvente regional de proximidade*, promovendo a coesão sócio-territorial e o papel de principal centro de estruturação e qualificação do Alentejo Central.

O desafio de **robustecimento da base económica local** decorre do reconhecimento das debilidades de que a mesma enforma na actualidade. A este respeito, importa salientar que um dos maiores desafios actuais consiste em reforçar consideravelmente a capacidade de conceber estratégias ofensivas de desenvolvimento económico e de criação das externalidades indispensáveis à instalação de cidadãos e agentes económicos, sociais e institucionais face a um contexto instável e volátil. Este parece ser um caminho incontornável a prosseguir, tanto mais que, devido às tendências recentes e ao interesse manifestado pelos agentes económicos, já se encontram identificadas algumas fileiras económicas com apreciável potencial de valorização no desenvolvimento no concelho.

O desafio da **melhoria da qualidade de vida da população residente** está associado à necessidade de resolução de um diversificado conjunto de carências que ainda caracterizam o concelho de Évora, designadamente ao nível das infra-estruturas básicas, dos equipamentos colectivos e das acessibilidades. Este desafio estende-se igualmente à necessidade de intervir no domínio da habitação e, em sentido mais amplo, à premência que reveste o controlo da tendência para a ocupação desordenada do território envolvente à cidade (de que as *quintinhas* constituem exemplo paradigmático).

O quarto e último desafio enunciado, por seu turno, diz respeito à necessidade de **estimular um maior equilíbrio da rede urbana concelhia**. Com efeito, para além da melhoria das acessibilidades e da dotação em infra-estruturas e equipamentos (mencionada no parágrafo anterior), revela-se igualmente importante encarar as envolventes que constituem os aglomerados rurais do concelho como espaços complementares das áreas urbanas, onde se pode revelar interessante promover de forma activa a revitalização económica e sócio-demográfica. É expectável que a deslocalização de determinadas actividades económicas da zona urbana para a periferia rural (peri-urbana) poderá, a prazo, atenuar algum congestionamento existente actualmente na zona urbana, em especial no domínio do mercado de habitação.

2. ESTRATÉGIA DE ORDENAMENTO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

2.1. DESÍGNIOS DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL

Este capítulo corresponde à explicitação da estratégia de ordenamento e desenvolvimento territorial do concelho de Évora, formulada de acordo com os resultados do diagnóstico efectuado e com os objectivos políticos fixados pelo Executivo municipal.

Neste contexto, o PDME elegeu como desígnio estratégico **fazer de Évora um território qualificado, dinâmico, atractivo e com elevada qualidade de vida**. Este desígnio tem associadas diversas vertentes e significa, em concreto, que o território concelhio deverá:

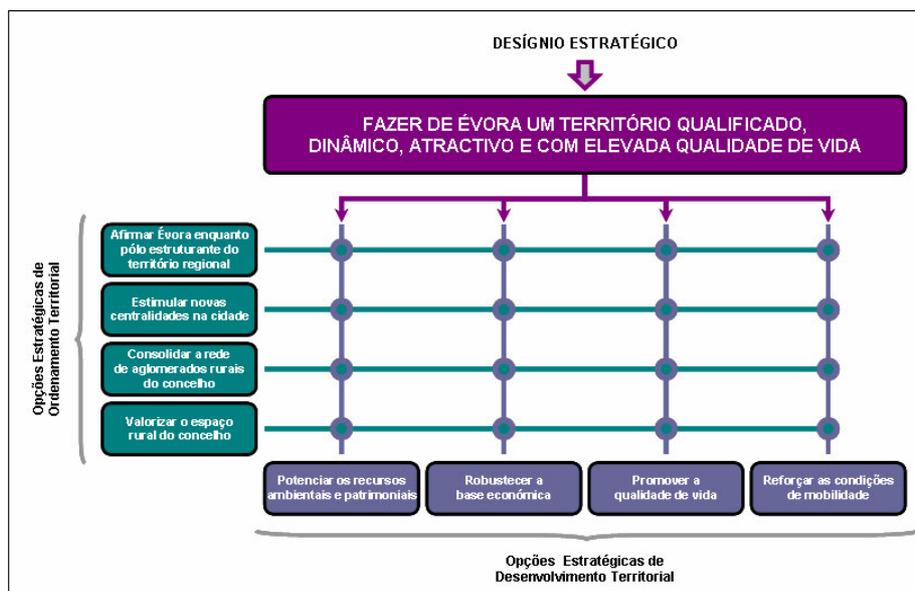
- **constituir um recurso fundamental para o desenvolvimento local**, o que implica qualificar as suas diferentes componentes, em conformidade com a respectiva vocação numa perspectiva de sustentabilidade;
- **estimular o dinamismo das actividades económicas, sociais e culturais**, o que implica, entre outros aspectos, densificar e articular a rede de actores e agentes locais numa perspectiva de inovação;
- **apresentar um portfólio de factores distintivos que favoreçam a atracção de pessoas e actividades²**, o que implica um esforço acrescido de promoção e de afirmação das suas valências numa perspectiva de competitividade territorial da respectiva base económica;
- **oferecer condições de excelência para a fixação da população**, o que implica a disponibilização local de um leque diversificado de alternativas em domínios - chave numa perspectiva de melhoria da qualidade e das condições de vida da população.

A concretização deste desígnio passa por um conjunto de opções de natureza estratégica que articulam as dimensões de *ordenamento* e *desenvolvimento* do território concelhio, as quais se encontram sistematizadas na figura seguinte.

A diferenciação destas dimensões decorre das especificidades próprias que as caracterizam, permitindo assim uma desagregação mais fina das finalidades prosseguidas e uma selecção mais eficaz das formas de intervenção associadas. Neste sentido, esta diferenciação não corresponde a uma divisão efectiva das dimensões *ordenamento* e *desenvolvimento*, mas antes a uma adequação da *estratégia de desenvolvimento territorial ao modelo de ordenamento territorial* aqui preconizado.

² A recente distinção conferida ao Município de Évora pela Associação Portuguesa para o Investimento (API) pelo mérito contribuído na captação, expansão e manutenção do Investimento estrangeiro em Portugal no triénio 2002-04 constitui uma prova cabal do reconhecimento público das acções desenvolvidas pelo executivo municipal neste domínio.

Gráfico 1: Designio e Eixos da Estratégia de Ordenamento e Desenvolvimento Territorial



2.2. OPÇÕES ESTRATÉGICAS DE ORDENAMENTO TERRITORIAL

A formulação de opções estratégicas em matéria de ordenamento visa dar expressão à dimensão espacial da estratégia de desenvolvimento para o concelho. Assim, o PDME apoia-se nas seguintes quatro opções estratégicas de **ordenamento territorial**:

- afirmar Évora enquanto pólo estruturante do território regional;
- reestruturar a cidade face à emergência de novas centralidades;
- consolidar a rede de aglomerados rurais do concelho;
- valorizar o espaço rural do concelho.

2.2.1. Afirmar Évora enquanto Pólo Estruturante do Território Regional

A cidade de Évora constitui o principal centro urbano da região do Alentejo e também a maior *bolsa de resistência* em relação às tendências de profunda desvitalização sócio-económica que aí têm lugar. Neste sentido, considera-se fundamental potenciar a capacidade de dinamização da envolvente regional que poderá decorrer da afirmação da cidade de Évora em três contextos distintos mas complementares:

- a valorização da posição geográfica no contexto dos *corredores de ligação* entre o litoral português e o território espanhol (designadamente nas zonas envolventes aos eixos viários Lisboa-Évora-Madrid e Sines-Évora-Madrid), promovendo o alargamento da base económica concelhia e a respectiva

- integração em dinâmicas supra-regionais e transnacionais;
- a articulação de estratégias no contexto do *sistema urbano regional* (que inclui pólos como Beja, Portalegre, Elvas e Estremoz), promovendo a potenciação conjunta da base de recursos presente na região;
- a afirmação da centralidade no contexto da *envolvente regional de proximidade*, promovendo a coesão sócio-territorial e o papel de principal centro de estruturação e qualificação da sub-região Alentejo Central.

À luz deste quadro, torna-se evidente que a afirmação da cidade de Évora, enquanto pólo estruturante do território regional, pressupõe um esforço acrescido no desenvolvimento de funções de nível hierárquico superior. A construção de um Hospital Regional e de um grande Parque de Feiras e Exposições, bem como a conclusão de infra-estruturas viárias de ligação à envolvente constituem exemplos das medidas que, na nossa perspectiva, poderão contribuir para fazer de Évora uma cidade de referência nos três contextos atrás referidos.

2.2.2. Reestruturar a cidade face à emergência de Novas Centralidades

A cidade de Évora é hoje caracterizada por uma situação de perda de atractividade do seu Centro Histórico e deficiente estruturação do crescimento extra-muros. . A necessária reestruturação funcional da cidade visa articular os dois actuais polos de actividades, o Centro Histórico e o PITE, qualificar a cidade como um todo e viabilizar a fixação da actividade terciária no centro histórico.

A transformação da área industrial do PITE num parque de actividades, com um forte incidência do comércio de retalho e serviços, deu origem a uma nova centralidade com uma localização relativamente periférica face ao Centro Histórico. Ao longo do eixo de ligação entre estes dois pólos novos usos se posicionam, num processo de transformação do tecido existente, coincidindo em boa parte com a área industrial de primeira geração da cidade extra-muros. Face a esta nova dinâmica a Revisão do PUE ocupar-se-à necessariamente da reestruturação funcional das actividades no interior da cidade de forma a reforçar a especialização de cada um destes dois pólos, integrando-os adequadamente no conjunto. O centro tradicional da cidade requer o reforço do seu núcleo de actividades centrais, como sejam os serviços financeiros, seguradoras, comércio especializado e actividades de apoio ao turismo e ainda a localização de novas actividades às portas da cidade, onde poderão desfrutar de melhores acessos e de instalações com mais conforto e versatilidade, orientações vertidas nos termos de referência do Plano de Pormenor dos Leões, à Porta de Aviz. Por sua vez o Parque Industrial e Tecnológico de Évora (PITE), dadas as características que adquiriu, requer uma adequada integração na cidade através da sua envolvente e dos grandes eixos de ligação à cidade. A nova estrutura funcional articular-se-à com os equipamentos estruturantes previstos neste PDM.

Esta opção estratégica, a prosseguir em articulação com um programa específico para a

recuperação e valorização do centro histórico e com uma política de regeneração urbana da zona industrial de primeira geração, localizada na rótula de articulação entre o CH e o PITE, visa igualmente uma adequada integração dos equipamentos estruturantes previstos para a cidade extra-muros e para a área envolvente da cidade. Os equipamentos estruturantes propostos constituirão novas referências na estruturação funcional do espaço urbano, ainda que com localizações e incidências diversas :

- o **Parque de Feiras e Exposições** a nascente da cidade, que albergará também a realocação de alguns serviços conexos que actualmente se encontram mal instalados na cidade antiga ;
- o **Hospital Regional**, a poente da cidade;
- uma grande **Zona Desportiva** (zona sul da cidade);
- a **Biblioteca Pública** e o **Arquivo Regional** (zona norte da cidade).

Deve notar-se que a emergência de uma nova centralidade, despoletada pela concentração no PITE de todas as actividades que não encontravam acolhimento, quer na cidade histórica, onde os serviços tinham que competir com o comércio³, quer na fragmentada cidade contemporânea, está na génese de uma visão policêntrica da cidade, com ofertas diversificadas, abrindo caminho a novas oportunidades de desenvolvimento. Beneficiando de investimentos infra-estruturais recentes (p.ex. Grande Circular de Évora), esta evolução revela-se fundamental para encarar as perspectivas de desenvolvimento económico e aumento populacional consideradas pelo PDME. Da mesma forma, se assume que esta nova forma de entender a cidade constitui uma via essencial para ganhar *dimensão critica* no quadro do sistema urbano regional e nacional, com reflexos positivos no padrão de qualidade de vida desejado.

A bipolarização da cidade tem induzido a transformação não planeada ao longo do eixo de ligação entre o CH e o PITE. Em sede de revisão do PUE haverá que avaliar da oportunidade da aplicação de uma política de regeneração urbana à zona industrial de primeira geração, localizada na rótula de articulação entre estes dois pólos.

2.2.3. Consolidar a Rede de Aglomerados Rurais do Concelho

A tendência para o despovoamento continuado dos aglomerados rurais constitui um dos problemas estruturais com que se debate o concelho de Évora, originando um profundo desequilíbrio do respectivo modelo de organização espacial. Este processo, que não pode ser dissociado da erosão da base económica rural, possui ainda como ónus o desaproveitamento

³ O único espaço disponibilizado para o terciário era exclusivamente o piso térreo das ruas comerciais e apenas nos edifícios onde coexistisse com a habitação.

de infra-estruturas e equipamentos já instalados.

Neste sentido, a opção estratégica, adoptada neste plano visa promover a consolidação da rede de aglomerados rurais do concelho, dotando-os de condições acrescidas para a fixação de nova população e para a atracção de actividades que encontrem nestes aglomerados melhores condições para o seu funcionamento. As principais modalidades de intervenção previstas envolvem:

- a requalificação do espaço público dos aglomerados;
- a criação de lotes para fins habitacionais, nomeadamente para habitação unifamiliar, criando uma oferta alternativa à cidade;
- a criação de lotes para o desenvolvimento de actividades económicas;
- a construção de novos acessos rodoviários e/ou melhoria dos existentes.

Importa referir que as medidas preconizadas visam, também, criar alternativas credíveis e de qualidade aos processos de ocupação desordenada que têm vindo a ganhar expressão na periferia da cidade, contribuindo assim para a qualificação territorial e urbanística do concelho.

2.2.4. Valorizar o Espaço Rural do Concelho

A grande expressão territorial e a diversidade paisagística que o espaço rural assume no concelho de Évora justificam a sua classificação enquanto recurso activo para o desenvolvimento local. Esta opção traduz-se em medidas que visam combinar o aproveitamento de potencialidades específicas do espaço rural (p.ex. agrícolas, silvícolas, turísticas) com a preservação dos recursos naturais associados (p.ex. solos, reservas de água), procurando assim alcançar uma perspectiva integrada e sustentável em matéria de ordenamento do território.

Neste sentido, propõem-se como principais medidas para valorizar o espaço rural do concelho:

- a preservação dos solos com maior aptidão agrícola e/ou maior significado biofísico no equilíbrio ambiental;
- o reforço dos mecanismos regulamentares que limitem a edificação desordenada do espaço rural;
- o estabelecimento de mecanismos regulamentares que enquadrem a implantação de projectos turísticos no espaço rural;
- a implementação de uma Rede de Percursos Patrimoniais e Ambientais.

2.3. OPÇÕES ESTRATÉGICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

As opções estratégicas de desenvolvimento territorial correspondem aos principais domínios

temáticos de intervenção da Autarquia, envolvendo ainda investimentos da responsabilidade de entidades terceiras, com vista à prossecução do desígnio estratégico do PDME. Assim, são quatro as opções estratégicas aqui fixadas, a saber:

- potenciar os recursos ambientais e patrimoniais;
- robustecer a base económica;
- promover a qualidade de vida;
- reforçar as condições de mobilidade.

2.3.1. Potenciar os Recursos Ambientais e Patrimoniais

A grande riqueza ambiental e patrimonial do concelho de Évora justifica que a potenciação deste tipo específico de recursos desempenhe um papel estruturante na estratégia de desenvolvimento territorial proposta. Esta opção traduz, assim, uma dupla aposta: a salvaguarda de recursos fundamentais para a promoção de um modelo de desenvolvimento sustentável, por um lado, e a sua mobilização para a dinamização económica e sócio-cultural do concelho, por outro.

As modalidades de intervenção propostas ao abrigo desta opção estratégica são pautadas pela diversidade que as caracteriza, dada a multiplicidade de problemáticas e desafios associados, aí se destacando:

- a implementação e/ou requalificação de infra-estruturas fundamentais no domínio do abastecimento de água para consumo público e do tratamento de águas residuais em todo o concelho;
- a criação de redes públicas de fruição dos recursos ambientais e patrimoniais do concelho (p.ex. Rede de Percursos Ambientais e Patrimoniais e Rede de Eco-Vias);
- o estímulo ao desenvolvimento de iniciativas turísticas orientadas para a valorização dos recursos ambientais e patrimoniais do território concelhio (p.ex. turismo rural, de natureza, de aventura, etc.).

Numa perspectiva mais restritiva, considera-se ser igualmente fundamental promover a preservação dos solos com maior aptidão agrícola e/ou maior significado biofísico no equilíbrio ambiental, concedendo especial atenção ao reforço dos mecanismos regulamentares que limitem a edificação desordenada em espaço rural.

2.3.2. Robustecer a Base Económica

A fragilidade da base económica do concelho justifica que o respectivo robustecimento constitua

uma opção estratégica de desenvolvimento territorial no âmbito do PDME. De entre as principais tendências e oportunidades detectadas ao nível de desenvolvimento de fileiras económicas específicas, importa referir o potencial associado:

- à fileira **aeronáutica e electrónica**, ampliando a expressão local destes sectores a partir das estruturas já existentes (Aeródromo, Academia de Aeronáutica) e das intenções de investidores estrangeiros já recebidas pela Autarquia;
- à fileira **turismo**, convertendo a diversidade e multiplicidade de recursos existentes em produtos turísticos específicos, como sejam o turismo cultural, de negócios, de natureza, rural, de aventura, etc.;
- à fileira **conhecimento e cultura**, beneficiando da presença da Universidade, das tradições culturais do concelho;
- à fileira **agricultura e produtos tradicionais**, preservando os traços rurais do concelho mas, em simultâneo, promovendo a dinâmica económica dos produtos agrícolas e pecuários e das artes e ofícios tradicionais;
- à fileira **logística**, valorizando a posição geográfica do concelho com base em infra-estruturas e equipamentos já instalados (p.ex. Mercado Abastecedor da Região de Évora)e/ou a instalar num futuro próximo e no desenvolvimento de serviços de apoio.

Ao nível das medidas infra-estruturais e regulamentares preconizadas no âmbito do PDME, as prioridades passam por:

- dotar a cidade de um grande **Parque de Feiras e Exposições**, potenciando a dinamização das actividades económicas (mas também culturais e outras) numa afirmada perspectiva de *marketing* territorial;
- ampliar o **Parque Industrial e Tecnológico de Évora** e criar a **Plataforma de Apoio Logístico ao Comboio de Alta Velocidade**, capacitando o concelho em termos de equipamentos para o acolhimento de novas iniciativas empresariais;
- estabelecer **regras urbanísticas** que permitam o desenvolvimento de projectos turísticos no território concelhio (nomeadamente em espaço rural) com elevada qualidade urbanística, de integração paisagística e de respeito pelos valores ambientais e patrimoniais;
- constituir lotes destinados ao **acolhimento de actividades económicas nos aglomerados rurais** do concelho, potenciando assim a minimização do processo de despovoamento rural em curso no concelho.

2.3.3. Promover a Qualidade de Vida

A promoção da qualidade de vida constitui uma opção incontornável na estratégia de

desenvolvimento territorial do concelho de Évora, decorrendo da constatação de lacunas que, de algum modo, decorrem do próprio processo de crescimento urbano da cidade. Estas lacunas manifestam-se ao nível da insuficiente dotação em equipamentos colectivos que caracteriza diversas áreas da cidade e do concelho, reflectindo-se ainda ao nível do mercado habitacional com o subsequente inflacionamento dos preços de aquisição residencial e da oferta insuficiente em determinados segmentos de mercado.

Neste sentido, e tendo em conta que a capacidade de retenção (e, sobretudo, de atracção) de população é extremamente sensível em relação a estes aspectos (a par da dimensão emprego), preconiza-se uma intervenção centrada em três domínios-chave, a saber:

- a colmatção de necessidades em equipamentos colectivos nas distintas valências (saúde, desporto, educação, cultura, etc.) em diferentes áreas do concelho;
- o estímulo à diversificação e contenção da inflação da oferta imobiliária colocada no mercado, através do aumento do solo urbano para fins habitacionais na cidade e nos aglomerados rurais, onde se procura estimular uma oferta residencial unifamiliar que sirva como alternativa às actuais *quintinha*);
- a requalificação urbana da cidade e dos principais aglomerados rurais, materializada através de intervenções sobre o espaço público.

2.3.4. Reforçar as Condições de Mobilidade

O reforço das condições de mobilidade inter e intra-concelhia constitui uma necessidade evidente para a concretização da estratégia de ordenamento territorial preconizada nas suas diferentes opções. Com efeito, a melhoria das condições de conectividade com a envolvente (Lisboa, Sines, Alqueva, Badajoz) constitui uma premissa para que Évora reforce a sua centralidade no contexto regional, ao mesmo tempo que a intervenção nas ligações intra-concelhias se afigura determinante para a promoção da coesão interna e para a própria funcionalidade da cidade.

Neste sentido, as intervenções propostas envolvem:

- a construção/ conclusão das principais infra-estruturas rodo e ferroviárias de articulação com a envolvente;
- a criação do Anel Rodoviário Envolvente da Cidade, ao qual acrescem as obras de requalificação e duplicação das principais vias de acesso à cidade;
- a beneficiação e/ou criação de ligações rodoviárias entre os principais

aglomerados rurais, o que permitirá complementar a configuração radial da actual rede de transporte público.

Deve notar-se que uma parcela substancial dos investimentos propostos é da exclusiva competência de entidades externas ao Município (designadamente do *Instituto de Estradas de Portugal*), requerendo por isso uma coordenação reforçada tendente à sua concretização.

3. CENÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO

3.1. ESTIMATIVAS DA POPULAÇÃO

3.1.1. Estimativas da População Residente – 2011

3.1.1.1 Evolução Natural

Os dados referentes à população para 2001, são os constantes dos Censos 2001, desagregados por grupos etários.

Quadro 1: Estrutura Etária do Concelho, por Unidades Geográficas de Nível I, em 2001

Grupos Etários	Concelho de Évora		Cidade+Zona de Transição						Área Rural	
			Centro Histórico		Extra- Muros+Zona de Transição		Total			
	HM	%	HM	%	HM	%	HM	%	HM	%
0-4 anos	2788	4,9	133	2,3	2271	5,4	2404	5,0	384	4,4
5-9 anos	2700	4,8	174	3,1	2171	5,2	2345	4,9	355	4,1
10-14 anos	2934	5,2	180	3,2	2327	5,5	2507	5,2	427	4,9
15-19 anos	3568	6,3	268	4,7	2836	6,7	3104	6,5	464	5,3
20-24 anos	4390	7,8	356	6,3	3455	8,2	3811	8,0	579	6,6
25-29 anos	4159	7,4	326	5,8	3290	7,8	3616	7,6	543	6,2
30-34 anos	3996	7,1	262	4,6	3163	7,5	3425	7,2	571	6,6
35-39 anos	4141	7,3	278	4,9	3292	7,8	3570	7,5	571	6,6
40-44 anos	3988	7,1	273	4,8	3181	7,5	3454	7,2	534	6,1
45-49 anos	3982	7,0	311	5,5	3151	7,5	3462	7,2	520	6,0
50-54 anos	3518	6,2	353	6,2	2690	6,4	3043	6,4	475	5,5
55-59 anos	2903	5,1	355	6,3	2106	5,0	2461	5,1	442	5,1
60-64 anos	3039	5,4	408	7,2	2034	4,8	2442	5,1	597	6,9
65-69 anos	3123	5,5	547	9,7	1928	4,6	2475	5,2	648	7,4
70-74 anos	2833	5,0	477	8,4	1745	4,1	2222	4,6	611	7,0
75 e anos	4457	7,9	967	17,1	2498	5,9	3465	7,2	992	11,4
TOTAL	56519	100,0	5668	100,0	42138	100,0	47806	100,0	8713	100,0

Numa primeira hipótese de trabalho a população estimada para 2011, por grupos etários, para o Concelho e para cada uma das Unidades Geográficas de Nível I, foi projectada a partir da evolução natural dos residentes em 2001. Para o efeito, recorreu-se ao método das componentes demográficas aplicadas aos escalões etários, 'Método da Sobrevivência das Coortes', que consistiu em projectar separadamente, o efectivo masculino e feminino de cada grupo etário. Para as probabilidades de sobrevivência utilizaram-se as tábuas tipo Princeton- 'Modelo Sul', considerando-se o nível 25 para os quinquénios 2001/2006, 2006/2011 e 2011/2016.

No cálculo da população do primeiro grupo etário, nascimentos, admite-se a hipótese, da taxa geral de fecundidade aumentar ligeiramente relativamente aos valores verificados em 1991 e em 2001⁴. O número de nascimentos é determinado aplicando a taxa de fecundidade ao efectivo médio da população feminina dos 15 aos 49 anos. A desagregação por sexo do total de nascimentos foi feita considerando a relação de masculinidade à nascença: 0.488 - Mulheres e 0.512 – Homens.

O cálculo dos quantitativos populacionais para 2006 e 2011, foi feito com o auxílio de tabelas, construídas com base no diagrama de Lexis, a partir dos residentes, por grupos etários em 2001.

Relativamente à componente natural estima-se que a população no Concelho de Évora sofra um decréscimo na ordem dos 3,3 % na década de 2001- 2011.

Para a Cidade e Zona de Transição, o cálculo dos efectivos populacionais, por grupos etários, em 2006 e 2011, foi efectuado a partir das estimativas descritas anteriormente.

A população residente para a Área Rural foi projectada para 2011, por grupos etários, a partir das estimativas efectuadas para o Concelho e 'Cidade e Zona de Transição', considerando-se que 'o todo será igual à soma das partes'.

Assim se conclui que a população por grupos etários no ano de 2011 se encontrará distribuída tal como se apresenta no quadro seguinte.

⁴ Com base nas estimativas intercensitárias do INE. De acordo com vários autores, a análise da evolução do Índice Sintético de Fecundidade (ISF) sugere-nos que após um declínio acentuado, os valores desse indicador recuperem ligeiramente. De facto, em Portugal na década de 90 registou-se uma acentuada quebra da fecundidade (entre 1992 e 1996 o ISF diminuiu 12,5 %, assumindo os valores de 1.6 e 1.4, respectivamente). Assume-se a hipótese que a partir de 2006 poderá dar-se início à inversão da tendência negativa desse indicador. As Nações Unidas prevêem para Portugal, em 2025 um ISF de 1,8, o que significa uma variação de 29 % entre 1995 e 2025. No entanto, quanto aos valores desta recuperação, qualquer previsão, mesmo que apoiada nas directivas da Nações Unidas reveste-se de alguma fragilidade.

Quadro 2: População Projectada, por grupos etários, em 2011, segundo a Evolução Natural, por Unidades Geográficas de Nível I

Grupos Etários	População Residente 2001			População Projectada Segundo a Evolução Natural - 2011					
	Concelho	Cidade e Zona de Transição	Area Rural	Concelho		Cidade e Zona de Transição		Area Rural	
				N.º	%	N.º	%	N.º	%
0-4 anos	2788	2404	384	2846	5,2	2475	5,3	371	4,7
5-9 anos	2700	2345	355	2983	5,5	2596	5,5	387	4,9
10-14 anos	2934	2507	427	2780	5,1	2397	5,1	383	4,9
15-19 anos	3568	3104	464	2697	4,9	2342	5,0	355	4,5
20-24 anos	4390	3811	579	2929	5,4	2503	5,4	426	5,4
25-29 anos	4159	3616	543	3560	6,5	3097	6,6	463	5,9
30-34 anos	3996	3425	571	4377	8,0	3800	8,1	577	7,4
35-39 anos	4141	3570	571	4143	7,6	3602	7,7	541	6,9
40-44 anos	3988	3454	534	3973	7,3	3406	7,3	568	7,2
45-49 anos	3982	3462	520	4103	7,5	3537	7,6	566	7,2
50-54 anos	3518	3043	475	3924	7,2	3398	7,3	525	6,7
55-59 anos	2903	2461	442	3872	7,1	3367	7,2	505	6,5
60-64 anos	3039	2442	597	3359	6,2	2906	6,2	453	5,8
65-69 anos	3123	2475	648	2690	4,9	2280	4,9	410	5,2
70-74 anos	2833	2222	611	2652	4,9	2131	4,6	521	6,7
75 e mais	4457	3465	992	3726	6,8	2945	6,3	781	10,0
TOTAL	56519	47806	8713	54614	100,0	46782	100,0	7832	100,0

3.1.1.2 Saldo Migratório

Nesta estimativa, que aliás coincide com a primeira hipótese formulada em termos de cenários de desenvolvimento, assumiu-se que o efectivo populacional resultante dos movimentos migratórios para o Concelho será igual ao verificado na década de 2001-2011 (337 novos residentes /ano);

A estrutura etária dos novos residentes no Concelho foi determinada, tendo como padrão a freguesia do Bacelo, população de fixação recente e que, como tal apresenta uma estrutura etária jovem, com uma distribuição por grupos etários mais próxima da da população de imigração recente. Assim, os novos residentes, correspondentes a um saldo migratório de 3370, seguiram a seguinte distribuição em termos de estrutura etária:

Quadro 3: Saldo Migratório Previsto para 2011, por Grupos Etários

Grupos Etários	% de cada escalão etário da Freguesia mais jovem do Concelho	Saldo Migratório estimado 2001-2011
0-4 anos	6,1	206
5-9 anos	6,2	209
10-14 anos	6,0	202
15-19 anos	7,3	246
20-24 anos	8,1	273
25-29 anos	7,5	253
30-34 anos	8,8	297
35-39 anos	9,7	327
40-44 anos	9,0	303
45-49 anos	7,9	266
50-54 anos	6,1	206
55-59 anos	4,1	138
60-64 anos	3,8	128
65-69 anos	3,5	118
70-74 anos	2,5	84
75 e anos	3,4	115
TOTAL	100,0	3370

Para a distribuição dos 3370 novos residentes pelas Unidades Geográficas de Nível I, assumiram-se as seguintes hipóteses:

- **10 %** na Área Rural (na década de 1991/2001 terá sido de cerca de 1/3 , mas prevêem-se medidas atractivas);
- **10 %** na Zona de Transição (na década de 1991/2001 terá sido de cerca do triplo, que corresponde ao crescimento dos Canaviais, não sendo esperável vir a repetir-se);
- **80%** na Cidade (um pouco superior ao da década anterior, considerando que se espera um aumento da oferta de lotes urbanizados).

3.1.1.3 Estimativa Global da População Residente em 2011, por grupo Etário, para as Unidades Geográficas de Nível I

A estimativa global da população por grupos etários, para 2011, resulta da soma do valor obtido pela projecção da evolução natural, com o saldo migratório, e consta no quadro seguinte:

Quadro 4: Estimativa da População Residente, por Grupos Etários, para 2011, no Concelho de Évora e Unidades Geográficas de Nível I

Grupos Etários	População Residente 2001			População Projectada 2011																	
				Evolução Natural						Saldo Migratório						Evolução Natural+Saldo Migratório					
	Concelho	Cidade e Zona de Transição	Area Rural	Concelho		Cidade e Zona de Transição		Area Rural		Concelho		Cidade e Zona de Transição		Area Rural		Concelho		Cidade e Zona de Transição		Area Rural	
				N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
0-4 anos	2788	2404	384	2846	5,2	2475	5,3	371	4,7	206	6,1	185	6,1	21	6,1	3052	5,3	2660	5,3	392	4,8
5-9 anos	2700	2345	355	2983	5,5	2596	5,5	387	4,9	209	6,2	188	6,2	21	6,2	3192	5,5	2784	5,6	408	5,0
10-14 anos	2934	2507	427	2780	5,1	2397	5,1	383	4,9	242	6,0	182	6,0	20	6,0	2982	5,1	2579	5,2	403	4,9
15-19 anos	3568	3104	464	2697	4,9	2342	5,0	355	4,5	246	7,3	221	7,3	25	7,3	2943	5,1	2564	5,1	379	4,6
20-24 anos	4390	3811	579	2929	5,4	2503	5,4	426	5,4	273	8,1	246	8,1	27	8,1	3202	5,5	2749	5,5	454	5,6
25-29 anos	4159	3616	543	3560	6,5	3097	6,6	463	5,9	253	7,5	227	7,5	25	7,5	3813	6,6	3325	6,7	488	6,0
30-34 anos	3996	3425	571	4377	8,0	3800	8,1	577	7,4	297	8,8	267	8,8	30	8,8	4674	8,1	4067	8,2	607	7,4
35-39 anos	4141	3570	571	4143	7,6	3602	7,7	541	6,9	327	9,7	294	9,7	33	9,7	4470	7,7	3896	7,8	574	7,0
40-44 anos	3988	3454	534	3973	7,3	3406	7,3	568	7,2	303	9,0	273	9,0	30	9,0	4277	7,4	3679	7,4	598	7,3
45-49 anos	3982	3462	520	4103	7,5	3537	7,6	566	7,2	266	7,9	240	7,9	27	7,9	4369	7,5	3777	7,6	592	7,2
50-54 anos	3518	3043	475	3924	7,2	3398	7,3	525	6,7	206	6,1	185	6,1	21	6,1	4129	7,1	3583	7,2	546	6,7
55-59 anos	2903	2461	442	3872	7,1	3367	7,2	505	6,5	138	4,1	124	4,1	14	4,1	4010	6,9	3491	7,0	519	6,4
60-64 anos	3039	2442	597	3359	6,2	2906	6,2	453	5,8	128	3,8	115	3,8	13	3,8	3487	6,0	3022	6,1	466	5,7
65-69 anos	3123	2475	648	2690	4,9	2280	4,9	410	5,2	118	3,5	106	3,5	12	3,5	2808	4,8	2386	4,8	422	5,2
70-74 anos	2833	2222	611	2652	4,9	2131	4,6	521	6,7	84	2,5	76	2,5	8	2,5	2736	4,7	2207	4,4	529	6,5
75 e mais	4457	3465	992	3726	6,8	2945	6,3	781	10,0	115	3,4	103	3,4	11	3,4	3840	6,6	3048	6,1	792	9,7
TOTAL	56519	47806	8713	54614	100,0	46782	100,0	7832	100,0	3370	100,0	3033	100,0	337	100,0	57984	100,0	49815	100,0	8169	100,0

3.1.2. Estimativas da População Residente – 2016

A determinação do número de residentes no Concelho de Évora, para 2016, e nas suas diferentes áreas (Unidades Geográficas de Nível I), teve por base a seguinte metodologia:

A projecção global da população para 2016, tal como se procedeu para 2011, resulta da soma de duas componentes: **a evolução natural** e o **saldo migratório**:

- Para a projecção da evolução natural, recorreu-se ao ‘método das componentes demográficas, aplicadas aos escalões etários – ‘Sobrevivência das Cohortes’ (descrito anteriormente);
- Para o saldo dos movimentos migratórios internos, optou-se pela construção de uma ‘tendência pesada’ isto é, considerou-se a hipótese, de se vir a registar o mesmo saldo verificado, para a década de 2001-2011, ou seja, de 3 370 novos residentes (em 10 anos). Para as probabilidades de sobrevivência utilizaram-se as tábuas tipo Princeton - ‘Modelo Sul’, considerando-se o nível 25 para o quinquénio 2011/2016.

3.1.2.1 Evolução Natural

A população estimada para 2016, por grupos etários, para cada uma das Unidades Geográficas de Nível I, foi projectada a partir da evolução natural da população global estimada para 2011. O cálculo dos efectivos populacionais, foi de novo realizado através do diagrama de Lexis.

A estimativa foi realizada, tal como para a de 2011, utilizando o ‘Método da Sobrevivência das

Coortes', projectando separadamente, o efectivo masculino e feminino de cada grupo etário. Para o efectivo migratório aplicou-se a mesma repartição por sexos, em cada grupo etário, que a verificada para 2001, na Cidade e Zona de Transição. Para as probabilidades de sobrevivência utilizaram-se as tábuas tipo Princeton - 'Modelo Sul', considerando-se o nível 25 para o quinquénio 2011/2016.

Quadro 5: População Residente Projectada para 2016 no Concelho de Évora, segundo a Evolução Natural.

Grupos Etários	População Projectada para o Concelho de Évora		
	2001	2011	2016
0-4 anos	2788	3052	2892
5-9 anos	2700	3192	3045
10-14 anos	2934	2982	3190
15-19 anos	3568	2943	2980
20-24 anos	4390	3202	2940
25-29 anos	4159	3813	3198
30-34 anos	3996	4674	3807
35-39 anos	4141	4470	4664
40-44 anos	3988	4277	4455
45-49 anos	3982	4369	4252
50-54 anos	3518	4129	4324
55-59 anos	2903	4010	4057
60-64 anos	3039	3487	3897
65-69 anos	3123	2808	3323
70-74 anos	2833	2736	2567
75 e anos	4457	3840	4476
TOTAL	56519	57984	58066

3.1.2.2 Saldo Migratório

Para a determinação do saldo migratório, para o quinquénio e 2011-2016, assumiram-se as mesmas hipóteses, indicadas para a década 2001-2011:

- Para o Concelho o efectivo populacional resultante dos movimentos migratórios será igual ao verificado na década de 2001-2011 (3370 novos residentes /ano);
- A estrutura etária dos novos residentes no Concelho foi determinada, tendo como padrão a freguesia mais jovem, com população de fixação mais recente – Bacelo, tal como foi considerado para a década 2001-2011;
- A distribuição dos novos residentes pelas Unidades Geográficas de Nível I para o quinquénio, seguirá a mesma hipótese adoptada para a década anterior.

3.1.2.3 Estimativa Global da População Residente em 2011, por grupo Etário, para as Unidades Geográficas de Nível I

Quadro 6: Estimativa da População Residente no Concelho de Évora 2016, por Grupos Etários, para as Unidades de Nível I

Grupos Etários	População Residente 2001			População Projectada 2016																	
				Evolução Natural						Saldo Migratório						Evolução Natural+Saldo Migratório					
	Concelho	Cidade e Zona de Transição	Area Rural	Concelho		Cidade e Zona de Transição		Area Rural		Concelho		Cidade e Zona de Transição		Area Rural		Concelho		Cidade e Zona de Transição		Area Rural	
				N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
0-4 anos	2788	2404	384	2892	5,0	2520	5,0	372	4,6	103	6,1	185	6,1	21	6,1	2994	5,2	2705	5,4	392	4,8
5-9 anos	2700	2345	355	3045	5,2	2654	5,3	391	4,9	104	6,2	188	6,2	21	6,2	3149	5,4	2842	5,7	412	5,0
10-14 anos	2934	2507	427	3190	5,5	2783	5,6	407	5,1	101	6,0	182	6,0	20	6,0	3291	5,7	2965	6,0	428	5,2
15-19 anos	3568	3104	464	2980	5,1	2578	5,1	403	5,0	123	7,3	221	7,3	25	7,3	3103	5,4	2799	5,6	427	5,2
20-24 anos	4390	3811	579	2940	5,1	2561	5,1	379	4,7	136	8,1	246	8,1	27	8,1	3077	5,3	2807	5,6	406	5,0
25-29 anos	4159	3616	543	3198	5,5	2745	5,5	453	5,7	126	7,5	227	7,5	25	7,5	3325	5,7	2973	6,0	478	5,8
30-34 anos	3996	3425	571	3807	6,6	3319	6,6	487	6,1	148	8,8	267	8,8	30	8,8	3955	6,8	3586	7,2	517	6,3
35-39 anos	4141	3570	571	4664	8,0	4058	8,1	606	7,6	163	9,7	294	9,7	33	9,7	4827	8,3	4352	8,7	638	7,8
40-44 anos	3988	3454	534	4455	7,7	3883	7,8	572	7,1	152	9,0	273	9,0	30	9,0	4606	7,9	4156	8,3	602	7,4
45-49 anos	3982	3462	520	4252	7,3	3657	7,3	595	7,4	133	7,9	240	7,9	27	7,9	4385	7,6	3897	7,8	621	7,6
50-54 anos	3518	3043	475	4324	7,4	3738	7,5	586	7,3	103	6,1	185	6,1	21	6,1	4426	7,6	3923	7,9	607	7,4
55-59 anos	2903	2461	442	4057	7,0	3521	7,0	536	6,7	69	4,1	124	4,1	14	4,1	4126	7,1	3645	7,3	550	6,7
60-64 anos	3039	2442	597	3897	6,7	3393	6,8	504	6,3	64	3,8	115	3,8	13	3,8	3961	6,8	3508	7,0	517	6,3
65-69 anos	3123	2475	648	3323	5,7	2880	5,8	443	5,5	59	3,5	106	3,5	12	3,5	3382	5,8	2986	6,0	455	5,6
70-74 anos	2833	2222	611	2567	4,4	2181	4,4	386	4,8	42	2,5	76	2,5	8	2,5	2610	4,5	2257	4,5	395	4,8
75 e mais	4457	3465	992	4476	7,7	3583	7,2	893	11,1	57	3,4	103	3,4	11	3,4	4533	7,8	3686	7,4	904	11,1
TOTAL	56519	47806	8713	58066	100,0	50053	100,0	8013	100,0	1685	100,0	1517	100,0	168,5	100,0	59751	103,0	51570	103,5	8181	100,0

3.1.3. Cenários da População Residente no Concelho de Évora, para 2011 e 2016

Com base na projecção da população residente para o Concelho de Évora, segundo a evolução natural, por grupos etários, para 2011, e em três hipóteses sobre a evolução das migrações, são construídos três cenários alternativos de acordo com diferentes graus de realização no horizonte do Plano, tendo como ponto de partida as opções estratégicas anteriormente definidas.

As hipóteses equacionadas decorrem das perspectivas de desenvolvimento económico do Concelho de Évora, consubstanciadas nos efeitos esperáveis de um conjunto de políticas municipais que visam potenciar a atracção de investimentos nos domínios, das acessibilidades, da indústria, dos serviços, do comércio e do turismo. Assim, atentando às diversas dinâmicas em curso ou emergentes, os diversos cenários que se apresentam enformam-se na previsão de um aumento da componente migratória para a década 2001-2011 e quinquénio 2011-2016.

Os cenários desenvolvem hipóteses de evolução do concelho, em termos de dinâmica demográfica, e conseqüentemente de desenvolvimento económico.

Hipótese 1: O efectivo populacional resultante dos movimentos migratórios mantém-se, relativamente ao verificado na década de 1991-2001 (337 novos residentes /ano); esta hipótese coincide com as estimativas da população residente anteriormente apresentadas e que partem do pressuposto da manutenção do valor da componente migratória verificada no decénio 1991/2001, para o período de vigência do plano.

Hipótese 2: O efectivo populacional resultante dos movimentos migratórios terá um acréscimo de 50%, relativamente ao verificado na década de 1991-2001; tendo em atenção as expectativas de um substancial incremento de acessibilidade da Cidade e do Concelho de Évora decorrentes do início dos trabalhos de instalação do TGV, formularam-se duas hipóteses de incremento da componente migratória, de forma a que a proposta de plano tenha a virtualidade de acolher uma gama alargada de comportamentos do sistema urbano concelhio.

Hipótese 3: O efectivo populacional resultante dos movimentos migratórios terá um acréscimo de 100%, relativamente ao verificado na década de 1991-2001. O desenvolvimento da vertente do turismo residencial em solo rural, conjugada com o efeito da instalação do TGV poderá alterar substancialmente a posição de Évora no conjunto das cidades de média dimensão, aumentando a sua atratividade para a fixação de novas actividades, nomeadamente no sector dos serviços.

3.1.3.1 Cenário 1 - Cenário de Contenção (Hipótese 1)

O primeiro cenário, que designamos por **Cenário de Contenção** tem por base a estimativa da população residente no concelho de Évora, para 2011 e 2016, formulada na **Hipótese 1**. Projecta as tendências passadas para o próximo decénio, o que significa a manutenção da situação de escassez da oferta de solo urbanizado, a continuação do despovoamento das Freguesias Rurais e do Centro Histórico e a pressão para a construção em área rural, na envolvente da Sede do Concelho. Significará ainda o aumento do número de activos que comutam de outros concelhos para a Cidade de Évora, dada a discrepância entre os preços da habitação em Évora e os praticados nos concelhos vizinhos.

Neste Cenário de Contenção o envelhecimento da população residente dá origem a um ligeiro decréscimo em termos da evolução natural, correspondente ao saldo entre os óbitos e os nascimentos, que a componente migratória vem colmatar. Neste cenário considera-se que o crescimento, à semelhança da década anterior, se limita à cidade e área envolvente, mantendo-se o despovoamento das freguesias.

Quadro 7: Hipótese 1 - Estimativa da População Residente para o Concelho de Évora, por Grupos Etários para 2011 e 2016

Grupos Etários	População Residente 2001	Estimativa da população para 2011					
		Evolução		Saldo Migratório		Total	
		nº	%	nº	%	nº	%
0-4	2788	2846	5,4	206	6,1	3052	5,3
5 aos 9	2700	2983	5,6	209	6,2	3192	5,5
10 aos 14	2934	2780	5,2	202	6,0	2982	5,1
15 aos 19	3568	2697	5,1	246	7,3	2943	5,1
20 aos 24	4390	2929	5,5	273	8,1	3202	5,5
25 aos 29	4159	3560	6,7	253	7,5	3813	6,6
30 aos 34	3996	4377	8,2	297	8,8	4674	8,1
35 aos 39	4141	4143	7,8	327	9,7	4470	7,7
40 aos 44	3988	3973	7,5	303	9,0	4277	7,4
45 aos 49	3982	4103	7,7	266	7,9	4369	7,5
50 aos 54	3518	3924	7,4	206	6,1	4129	7,1
55 aos 59	2903	3872	7,3	138	4,1	4010	6,9
60 aos 64	3039	3359	6,3	128	3,8	3487	6,0
65 aos 69	3123	2690	5,1	118	3,5	2808	4,8
70 aos 74	2833	2652	5,0	84	2,5	2736	4,7
75 e +	4457	3726	7,0	115	3,4	3840	6,6
TOTAL	56519	54614	100,0	3370	100,0	57984	100,0

Grupos Etários	Estimativa da população para 2016					
	Evolução Natural		Saldo Migratório		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%
0-4	2892	5,0	103	6,1	2994	5,0
5 aos 9	3045	5,2	104	6,2	3149	5,3
10 aos 14	3190	5,5	101	6,0	3291	5,5
15 aos 19	2980	5,1	123	7,3	3103	5,2
20 aos 24	2940	5,1	136	8,1	3077	5,1
25 aos 29	3198	5,5	126	7,5	3325	5,6
30 aos 34	3807	6,6	148	8,8	3955	6,6
35 aos 39	4664	8,0	183	9,7	4827	8,1
40 aos 44	4455	7,7	152	9,0	4606	7,7
45 aos 49	4252	7,3	133	7,9	4385	7,3
50 aos 54	4324	7,4	103	6,1	4426	7,4
55 aos 59	4057	7,0	69	4,1	4126	6,9
60 aos 64	3897	6,7	64	3,8	3961	6,6
65 aos 69	3323	5,7	59	3,5	3382	5,7
70 aos 74	2567	4,4	42	2,5	2610	4,4
75 e +	4476	7,7	57	3,4	4533	7,6
TOTAL	58066	100,0	1685	100,0	59751	100,0

3.1.3.2 Cenário 2 - Cenário Intermédio (Hipótese 2)

O **cenário intermédio** tem por base a estimativa da população residente no concelho de Évora, para 2011 e 2016, formulada na Hipótese 2.

Preconiza um incremento da componente demográfica migratória da ordem dos 50% relativamente ao período 1991/2001. A distribuição deste crescimento seria mais concentrado na cidade e com um menor peso na sua área envolvente. Nas Freguesias Rurais os acréscimos

anularão as perdas de população. O tempo necessário à execução das novas políticas territoriais não permitirá que os resultados sejam completamente atingidos no curto/médio prazo, pelo que a hipótese de um cenário intermédio se reveste de uma utilidade iniludível.

Os dois primeiros cenários dão-nos a amplitude da variação admissível relativamente ao crescimento esperado, dependente em boa parte de factores conjunturais. O cenário intermédio traduz a evolução possível numa situação de arranque de uma fase de desenvolvimento, fase esta preponderante na obtenção de uma rede urbana concelhia mais equilibrada e na criação de condições próprias à articulação dos diferentes níveis identificados no território.

Quadro 8: Hipótese 2 - Estimativa da População Residente para o Concelho de Évora, por Grupos Etários para 2011 e 2016

Grupos Etários	População Residente 2001	Estimativa da população para 2011					
		Evolução Natural		Saldo Migratório		Total	
		nº	%	nº	%	nº	%
0-4	2788	2846	5,4	308	6,1	3155	5,3
5 aos 9	2700	2983	5,6	313	6,2	3296	5,5
10 aos 14	2934	2780	5,2	303	6,0	3084	5,2
15 aos 19	3568	2697	5,1	369	7,3	3066	5,1
20 aos 24	4390	2929	5,5	409	8,1	3339	5,6
25 aos 29	4159	3560	6,7	379	7,5	3939	6,6
30 aos 34	3996	4377	8,2	445	8,8	4822	8,1
35 aos 39	4141	4143	7,8	490	9,7	4633	7,8
40 aos 44	3988	3973	7,5	455	9,0	4428	7,4
45 aos 49	3982	4103	7,7	399	7,9	4502	7,5
50 aos 54	3518	3924	7,4	308	6,1	4232	7,1
55 aos 59	2903	3872	7,3	207	4,1	4079	6,8
60 aos 64	3039	3359	6,3	192	3,8	3551	6,0
65 aos 69	3123	2690	5,1	177	3,5	2867	4,8
70 aos 74	2833	2652	5,0	126	2,5	2778	4,7
75 e +	4457	3726	7,0	172	3,4	3898	6,5
TOTAL	56519	54614	100,0	5055	100,0	59669	100,0

Estimativa da população para 2016						
Grupos Etários	Evolução Natural		Saldo Migratório		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%
0-4	2996	5,0	154	6,1	3150	5,1
5 aos 9	3147	5,3	157	6,2	3304	5,3
10 aos 14	3295	5,5	152	6,0	3446	5,5
15 aos 19	3081	5,2	184	7,3	3266	5,2
20 aos 24	3063	5,1	205	8,1	3268	5,2
25 aos 29	3335	5,6	190	7,5	3524	5,7
30 aos 34	3933	6,6	222	8,8	4155	6,7
35 aos 39	4811	8,0	245	9,7	5057	8,1
40 aos 44	4617	7,7	227	9,0	4845	7,8
45 aos 49	4402	7,4	200	7,9	4602	7,4
50 aos 54	4455	7,4	154	6,1	4609	7,4
55 aos 59	4158	7,0	104	4,1	4261	6,8
60 aos 64	3964	6,6	96	3,8	4060	6,5
65 aos 69	3384	5,7	88	3,5	3473	5,6
70 aos 74	2621	4,4	63	2,5	2685	4,3
75 e +	4544	7,6	86	3,4	4630	7,4
TOTAL	59808	100,0	2527	100,0	62335	100,0

3.1.3.3 Cenário 3 - Cenário Desenvolvimentista (Hipótese 3)

Este cenário que designamos por **Cenário Desenvolvimentista**, tem por base a estimativa da população residente no concelho de Évora, para 2011 e 2016, formulada na **Hipótese 3**.

No que respeita à componente migratória este cenário considera a hipótese de duplicação do saldo verificado no decénio 1991/2001, o que corresponde a mais 7128 residentes.

Em termos de evolução natural, o comportamento será semelhante ao anterior, visto que parte da mesma situação, tendo sido igualmente utilizado o método da sobrevivência das coortes.

Ao considerar o aumento do ritmo de transferência de população dos aglomerados rurais e do povoamento disperso para as cidades médias e áreas metropolitanas, este cenário contrasta com o anterior. No caso de Évora admitimos a duplicação da atractividade do Concelho em termos de imigração, em paralelo com o aumento e diversificação da oferta de habitação e seu reflexo nos preços do imobiliário.

A criação e desenvolvimento de um novo centro extramuros favorecerá a fixação e expansão de novas actividades terciárias e diminuirá a pressão para a localização do comércio e escritórios na Cidade Histórica, aliviando o processo de desertificação actualmente em curso. O aumento da oferta de habitação, seja na cidade extra-muros, seja nas sedes das Freguesias Rurais favorecerá a fixação no Concelho dos activos que diariamente comutam de outros concelhos para Évora e atrairá uma nova população originária da área rural da Região do Alentejo e mesmo de outras regiões.

A oferta abundante de solo para habitação de baixa densidade em áreas de grande qualidade ambiental captará uma população flutuante em busca de habitação secundária, favorecendo a vertente turística do concelho. Neste cenário preconiza-se algum crescimento da população residente e flutuante do conjunto das Freguesias Rurais.

Quadro 9: Hipótese 3 - Estimativa da População Residente para o Concelho de Évora, por Grupos Etários para 2011 e 2016

Grupos Etários	População Residente 2001	Estimativa da população para 2011					
		Evolução Natural		Saldo Migratório		Total	
		nº	%	nº	%	nº	%
0-4	2788	2846	5,4	411	6,1	3257	5,3
5 aos 9	2700	2983	5,6	418	6,2	3401	5,5
10 aos 14	2934	2780	5,2	404	6,0	3185	5,2
15 aos 19	3568	2697	5,1	492	7,3	3189	5,2
20 aos 24	4390	2929	5,5	546	8,1	3475	5,7
25 aos 29	4159	3560	6,7	506	7,5	4066	6,6
30 aos 34	3996	4377	8,2	593	8,8	4971	8,1
35 aos 39	4141	4143	7,8	654	9,7	4797	7,8
40 aos 44	3988	3973	7,5	607	9,0	4580	7,5
45 aos 49	3982	4103	7,7	532	7,9	4635	7,6
50 aos 54	3518	3924	7,4	411	6,1	4335	7,1
55 aos 59	2903	3872	7,3	276	4,1	4148	6,8
60 aos 64	3039	3359	6,3	256	3,8	3615	5,9
65 aos 69	3123	2690	5,1	236	3,5	2926	4,8
70 aos 74	2833	2652	5,0	169	2,5	2820	4,6
75 e +	4457	3726	7,0	229	3,4	3955	6,4
TOTAL	56519	54614	100,0	6740	100,0	61354	100,0

Grupos Etários	Estimativa da população para 2016					
	Evolução Natural		Saldo Migratório		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%
0-4	3101	5,0	154	6,1	3255	5,0
5 aos 9	3250	5,3	157	6,2	3407	5,2
10 aos 14	3399	5,5	152	6,0	3551	5,5
15 aos 19	3183	5,2	184	7,3	3367	5,2
20 aos 24	3186	5,2	205	8,1	3391	5,2
25 aos 29	3471	5,6	190	7,5	3661	5,6
30 aos 34	4059	6,6	222	8,8	4281	6,6
35 aos 39	4959	8,1	245	9,7	5205	8,0
40 aos 44	4780	7,8	227	9,0	5008	7,7
45 aos 49	4553	7,4	200	7,9	4753	7,3
50 aos 54	4587	7,5	154	6,1	4741	7,3
55 aos 59	4259	6,9	104	4,1	4362	6,7
60 aos 64	4031	6,5	96	3,8	4127	6,4
65 aos 69	3445	5,6	88	3,5	3534	5,4
70 aos 74	2675	4,3	63	2,5	2738	4,2
75 e +	4611	7,5	86	3,4	4697	7,2
TOTAL	61550	100,0	3370	100,0	64920	100,0

4. MODELO DE ORDENAMENTO

4.1. OPÇÕES ESTRATÉGICAS DO ORDENAMENTO TERRITORIAL

De acordo com as Opções Estratégicas de Ordenamento Territorial atrás formuladas o Modelo de Ordenamento visa o desenvolvimento da cidade de Évora, com a criação de potencialidades para a fixação de funções de nível hierárquico superior, a estruturação de novas centralidades e a necessária oferta de solo infraestruturado para a fixação de actividades.

Tendo em consideração a pressão existente para a construção dispersa na área envolvente da cidade, a norte e nascente, bem como o bom nível de infra-estruturação e equipamentos da coroa de aglomerados Sede de Freguesia, o PDME adopta um modelo territorial que visa reforçar a relação entre todos os elementos desta rede urbana, orientando a procura de habitação unifamiliar para os aglomerados existentes em detrimento do crescimento peri-urbano na área envolvente da cidade, ou do crescimento de muito baixa densidade em zona rural. Esta opção estratégica visa vários objectivos, dos quais se destacam os seguintes:

- oferta de solo urbano para a localização de grandes equipamentos de nível regional e expansão da área para actividades terciárias e industriais;
- aumento da oferta de solo urbano habitacional, seja na Cidade seja nas Povoações rurais como forma de conter o preço do solo e aliviar a pressão latente para a edificabilidade fora dos perímetros urbanos;
- evitar a proliferação do peri-urbano, com a inevitável urbanização extensiva de um vasto território não estruturado, criando uma situação delapidadora de recursos no que respeita aos custos de instalação e manutenção de infra-estruturas;
- preservar a disponibilidade de solo não edificado na envolvente da área urbana actual como reserva para a expansão futura;

O modelo ora proposto não induz contudo à desertificação do espaço rural concelhio. Prevê-se, de acordo com a aptidão do solo, a construção - com índices muito baixos e compatíveis com a tipologia de solos - de instalações, equipamentos e/ou infra-estruturas que valorizem as actividades estratégicas para o desenvolvimento sustentado do espaço rural, tais como a agricultura, a pecuária e o turismo, em função das classes de espaço definidas.

No que se refere à agricultura, o modelo aponta para estratégias de preservação de solo, propondo-se a utilização das designadas “boas práticas agrícolas”, para além de interdições relativas à pecuária sem terra, em grande parte das classes de espaço da área rural, dado o risco de contaminação de aquíferos e do próprio solo que esta prática acarreta.

Uma das vertentes consideradas estratégicas na presente revisão do PDME é o turismo. Com efeito, o turismo de qualidade, será uma forma de preservação do valioso espólio patrimonial (arquitectónico, arqueológico e natural) em presença, potenciando o dinamismo de sectores

compatíveis com os outros usos próprios do espaço rural. Este sector poderá integrar empreendimentos turísticos, actividades desportivas tais como golfe, hipismo e BTT e outras actividades recreativas e de lazer como centros interpretativos ou turismo de natureza.

Assim, a instalação de empreendimentos turísticos e actividades conexas (campos de golfe, centros interpretativos) é admitida em solo rural, privilegiando-se, em termos regulamentares, os índices qualitativos em detrimento dos quantitativos.

Neste modelo de ordenamento espacial prevê-se ainda a criação de redes de percursos estruturada nos valores patrimoniais e ambientais com infra-estruturas de apoio, apoiando-se na rede viária existente.

Para melhor explicitação do modelo de ordenamento que preside à Revisão do PDME, o presente capítulo foi dividido nas duas classificações de solo: Solo Urbano e Solo Rural.

4.2. SOLO URBANO

O concelho de Évora apresenta uma rede urbana muito extremada. O seu pólo principal - a Cidade - é um aglomerado com cerca de 41.000 habitantes. Se incluirmos a sua área envolvente este valor aproxima-se dos 48.000 habitantes. A Cidade apresenta um amplo conjunto de funções, de acordo com o seu nível de capital regional. Uma segunda ordem de aglomerados é constituída por onze povoações rurais, com um número de habitantes da ordem das centenas, onde se localizam as Sedes de Freguesia.

Para melhor esclarecimento sobre o ordenamento do solo urbano, serão explanadas as estratégias de intervenção para os diferentes aglomerados que integram a rede urbana.

4.2.1. Cidade de Évora

Elemento chave da Rede Urbana Concelhia, a Cidade de Évora necessita, para assumir o seu papel de cidade líder do interior sul, de uma reestruturação interna que permita a expansão da actividade terciária – comércio e escritórios – para um novo centro, localizado na cidade extra-muros, com condições de acessibilidade, espaço e contiguidade de que o Centro Histórico carece. O novo centro deverá ter atractividade suficiente para agregar funções centrais, apresentando-se como uma verdadeira extensão da cidade intra-muros e funcionará como contraponto do Centro Histórico dinamizando e reordenando a distribuição das actividades terciárias.

A classificação do Centro Histórico como **património da humanidade** requer políticas específicas para garantir a sua revitalização e valorização numa perspectiva de médio e longo

prazo, conservando o uso habitacional e regenerando o terciário. Para este reequilíbrio contribuirá o desenvolvimento deste novo centro no exterior das muralhas.

Como foi anteriormente referido, a Cidade de Évora dispõe de um Plano de Urbanização ratificado em 2000, que foi concebido como um primeiro passo para a revisão do PDM.

Das dificuldades encontradas na implementação deste plano decorre a necessidade de alterar a sua gestão. Preconiza-se:

- a ampliação do perímetro da Cidade de forma a garantir a disponibilidade de solo urbanizável durante o prazo de vigência do PDME face às novas perspectivas em termos de acessibilidade e de desenvolvimento da actividade turística;
- a harmonização das áreas de cedência com parâmetros da mesma ordem de grandeza dos utilizados no resto do país - 0.55 m² de solo por m² de STP⁵;
- a distinção entre índices brutos e índices líquidos – ou seja, incluindo ou excluindo as áreas de cedência - de acordo com as circunstâncias, de forma a controlar as densidades dentro de valores compatíveis com a cidade existente;
- delimitação de unidades de execução que viabilizem as reservas para equipamento;
- aproximação do direito abstracto de construir da capacidade edificatória, tendo em atenção a importância da localização e do índice de utilização na valorização do solo, não tratando de igual forma o que é desigual. O mercado de solos tem como factores determinantes a localização e a edificabilidade. As alterações destes comportamentos pode ter como resultado a inflação dos preços do solo, que é exactamente o que não se pretende.

Tem-se verificado que a aplicação de um programa pré-fixado para as áreas de reserva para equipamento no âmbito do PUE pode constituir um obstáculo à promoção de novos equipamentos pois que a disponibilização de verbas para determinado programa de equipamento não coincide com o solo de reserva de que a Câmara pode dispor no momento. Assim, a fim de flexibilizar a execução dos equipamentos, quando se justificar, a alteração pontual do programa fixado para um equipamento específico fica dependente de decisão camarária.

Os **espaços habitacionais**, para além da Cidade Intra-Muros, concentram-se sobretudo no conjunto da Zona Oeste, (4 000 fogos, a maioria construídos nos últimos 20 anos), no conjunto da Zona Este (3 400 fogos, predominantemente dos anos 40 a 60) e no conjunto da Zona Norte (1 800 fogos, também na maioria de construção recente).

⁵ De acordo com o actual Plano de Urbanização, a área de cedência é de 0,9 m² de solo por m² de STP.

Os **espaços industriais** apresentam uma concentração inequívoca, a Sul da Cidade. Sendo verdade que a recente construção da Grande Circular melhora a acessibilidade, é igualmente verdade que obriga a deslocações significativas habitação - emprego, tendo em conta a dimensão média da Cidade, uma vez que as zonas residenciais a sul são escassas e que uma parte significativa dos activos residem na Zona Norte. Assim, consideram-se como contribuições muito significativas para o desenvolvimento desta zona, a localização de novas áreas habitacionais na sua proximidade e de novas acessibilidades propostas nesta revisão do PDME.

A cidade de Évora articula-se com os aglomerados urbanos sede das freguesias rurais para as quais se propõem áreas de expansão.

As áreas de expansão propostas terão uma atractibilidade resultante da qualidade habitacional a fomentar bem como do respectivo enquadramento. Desta forma, as áreas de expansão passam a constituir conjuntos alternativos à designada “zona das quintinhas”⁶, à própria cidade de Évora e a toda a tipologia de empreendimentos turísticos, que pelo seu programa têm aqui uma localização privilegiada.

4.2.2. Cidade Intra-muros

Para a cidade intra-muros propõe-se a requalificação do seu conjunto patrimonial, em diferentes domínios, através da elaboração de um Plano de Pormenor na sua modalidade simplificada⁷. Tal instrumento, que terá a designação de Plano de Salvaguarda e Regeneração do Centro Histórico, contemplará as principais propostas, a saber:

- **Reutilização dos espaços abandonados** em localizações estratégicas para a promoção de operações de regeneração urbana.
- Manter, ampliar e reforçar a **integração da Universidade** na cidade intra-muros, valorizando a sua presença;
- **Combater a crescente desertificação**, pela reabilitação de trechos urbanos, a fim de aumentar a atractibilidade habitacional do Centro Histórico;
- **Recuperação de quarteirões**, como forma de mobilizar os diversos agentes interessados;
- **Globalização da imagem do Centro Histórico**, atenuando a descontinuidade entre a cidade intra-muros e a sua envolvente.
- **Dotar o Centro Histórico de um bom nível de infra-estruturas e equipamentos** e aumentar a mobilidade dos seus utilizadores;

⁶ artigos 29º e 30º do actual PDM

⁷ em sintonia com o ponto 2 do artigo 91º, do Decreto Lei 380/99, de 22 de Setembro

- **Valorização** dos espaços públicos e privados, para revitalização da tecido urbano.

4.2.3. Cidade Extra-muros

O discurso da cidade não se deve circunscrever à zona intra-muros, mas abranger os diversos bairros, alguns de origem clandestina, que formam um todo descontínuo com grandes zonas intersticiais. O modelo a definir passará sempre pela requalificação urbanística da cidade extra-muros com vista a estabelecer elos de continuidade dando-lhe um carácter de globalidade e de inter-ligação funcional.

Assim, na **avaliação do actual solo urbano resultante do PUE**, em plena eficácia, resulta que as principais recomendações para a zona extra-muros, se organizam e hierarquizam do modo seguinte:

- **Preenchimento qualificado das zonas intersticiais** por forma a criar novas referências urbanas. Estas zonas intersticiais correspondem sensivelmente a 340 ha de área de expansão programada. Como exemplo de tal estratégia, promoveu a Câmara Municipal de Évora o Concurso Público Internacional para a elaboração do Plano de Pormenor dos Leões, com uma área aproximada de 190 ha.
- **Implementação das diferentes categorias de espaço** designadamente: expansão habitacional (92 ha); zona industrial (37 ha); equipamentos (56 ha); terciário (27 ha) e implementação e consolidação da estrutura ecológica (127 ha).

Após a avaliação do solo urbano programado, resultante do Plano de Urbanização em vigor, e na continuação da definição do modelo territorial para a cidade de Évora e respectiva implementação, torna-se necessário definir e fundamentar as necessidades estruturantes desta cidade liderante da região alentejo. Assim, surgem dois equipamentos estruturantes da cidade e de escala regional dando origem a dois pólos de elevada dinâmica: o Hospital Regional, a poente da cidade (cuja localização concreta caberá à Administração Central definir) e o Parque de Feiras e Actividades Económicas (Expo Évora) a nascente do Xarrama.

Seguidamente, iremos apresentar detalhadamente a fundamentação de cada uma das alterações face à dinâmica demográfica, ao desenvolvimento económico - social e fundamentalmente à indispensabilidade de requalificação urbanística.

A reestruturação urbanística da cidade de Évora, visa criar condições para a localização de grandes equipamentos na Cidade Extra-Muros de forma a estruturar as centralidades emergentes em articulação com o Centro Histórico. A sul e nascente localizam-se o Parque Industrial, o MARE e o Parque de Feiras e Exposições, criando-se uma proximidade entre o sector secundário e o terciário. A construção do novo Hospital, do Tribunal e da Biblioteca, qualificarão a área poente / norte em termos de serviços.

Desta distribuição resulta uma especialização de cada uma destas duas áreas, que polarizarão actividades afins ou complementares, dando origem a sub-centros especializados.

O perímetro urbano proposto abrange uma área de 1538 ha, muito inferior à área delimitada pelo perímetro urbano previsto no Plano Director Municipal de 1979. O crescimento territorial então previsto foi excedentário mas essa situação contribuiu para desincentivar uma eventual especulação. Embora a fundamentação do Perímetro não se deva centrar exclusivamente nas propostas dos anteriores instrumentos de gestão territorial, é importante ressaltar que já em 1979 se previa um crescimento generoso e concertado para a cidade, sublinhando uma estrutura rádioconcêntrica.

À desclassificação de 275 ha do solo urbano delimitado no Plano Director Municipal de 1979, aquando da elaboração do Plano de Urbanização de Évora de 2000, seguiu-se um período de acentuada inflação do preço do solo urbano.

No que se refere à comparação da proposta preconizada nesta revisão do PDME com o Perímetro Urbano actualmente em vigor (Plano de Urbanização de Évora – Resolução do Concelho de Ministros n.º 13/2000, de 28 de Março), verificamos que as novas unidades operativas de planeamento e gestão, correspondentes a novas áreas de expansão da cidade, abrangem uma área de 191 ha, inferior em 84 ha à área desclassificada em 2000. estas áreas de expansão localizam-se no quadrante Nascente/ Sul, conforme se pode observar na figura seguinte.

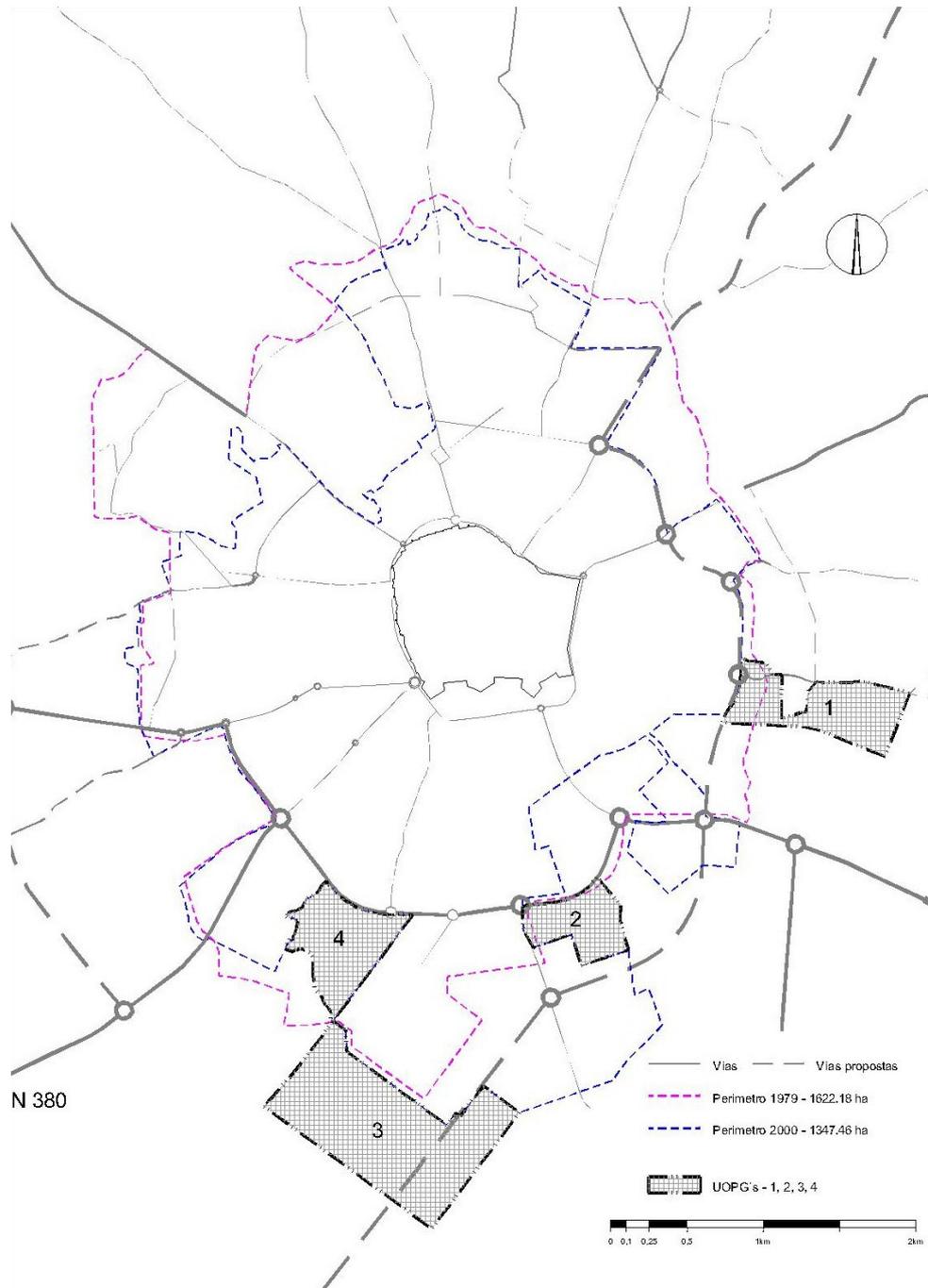


Figura 1: Localização das áreas de expansão urbana propostas para a cidade de Évora

Descrevem-se em seguida as áreas de expansão, conforme identificadas na figura 1.

- 1 - Frente Urbana adjacente à EXPO Évora (aprox. 37 ha)** - Este espaço poderá ser sinteticamente descrito como sendo uma área de declive predominantemente aplanado, com declives que não ultrapassam os 5%, à excepção do extremo NE onde se encontra uma zona mais declivosa, em resultado do festo secundário que enquadra a propriedade a Nascente, promovendo vales secundários que atravessam a herdade no sentido NW-SE. A Poente e contíguo à área proposta de expansão, assinala-se a ribeira do Xarrama, associada a um talvegue de importância principal que será preservado. O tipo de solos em presença é predominantemente mediterrânico de reduzida fertilidade, intercalados, nos vales secundários supra referidos, por solos hidromórficos de fertilidade mediana a boa. Corresponde a uma faixa a ocupar com funções habitacionais. Esta expansão permite articular a EXPO Évora com a cidade. Tal área, prevê a integração das periferias dos núcleos urbanos antigos de St.^a Luzia e Cotovelos, criando assim uma relação qualificada com o importante espaço de actividades económicas que se lhe prevê adjacente.
- 2 - Área Desportiva e Residencial da Quinta do Alcaide (aprox. 23 ha)** - A ampliação proposta visa a implementação de equipamento desportivo previsto no PUE de 13 de Março de 2000 (E36), em virtude de a área disponível de acordo com a reserva feita no plano não ser suficiente. Visa também a consolidação do sector Norte do Bairro de Almeirim. Outra valência será o enquadramento da via proposta de ligação do MARÉ ao Parque Industrial e Tecnológico de Évora e IC33, conforme planta de Ordenamento.
- 3 - Parque Industrial e Tecnológico de Évora (aprox.95 ha)** - Conforme foi referido anteriormente – enquadramento territorial/cidade de Évora - as áreas destinadas a indústria e armazéns aumentaram bastante nos últimos 20 anos, crescendo mais de 70 ha (o que triplicou as áreas anteriormente existentes) tendo contudo ficado muito aquém das necessidades (lista actual de espera de mais de 140 empresas para se instalarem no PITÉ). Admitindo uma dinâmica aceitável com um incremento na ordem dos 50% no próximo decénio, será de prever um crescimento de 100 ha. Esta requalificação é enquadrada numa área de declive aplanado com as encostas orientadas predominantemente a Sudoeste. Os factores pedológicos em presença enquadram-se nos solos litólicos sem problemas graves de erosão, com fertilidade muito baixa a baixa.
- 4 - Área Residencial da Turgela (aprox. 36 ha)** - Área de expansão de enquadramento destinada essencialmente a uso habitacional, de forma a aproximar a habitação das actividades. As regras urbanísticas serão as constantes no actual PUE para as zonas H1, com um índice de utilização bruto de 0,35. A zona em questão apresenta um declive aplanado (inferior a 5%), atravessado por vale secundário no sentido NW-SSE a que estão associadas linhas de água de regime torrencial e solos de fertilidade elevada (Barros). Estes vales serão potenciados pela criação de áreas de estrutura ecológica de dimensões

suficientes para manter a continuidade do espaço, bem como promover a interacção da matriz de paisagem rural e urbana. Assim e numa primeira fase, face às condicionantes apontadas e após séria ponderação, decidiu-se requalificar esta área, ou seja, alargar o actual perímetro urbano da cidade até à supra-referida linha de fecho secundária.

No **Quadro 10**, pode observar-se a quantificação previsional das áreas de expansão antes descritas discriminadas por tipologias de usos predominantes propostas.

Quadro 10: Tipologia de usos do solo para as áreas de expansão da cidade

Área de expansão	Área (ha)	Usos predominantes					
		Habituação (ha)	Desportivo (ha)	Turismo (ha)	Terciário (ha)	Industrial (ha)	Estrutura Ecológica(ha)
Frente Urbana da EXP O	37	32	0	0	0	0	5
Área de expansão urbana da Quinta do Alcaide	23	9	14	0	0	0	0
Área de expansão urbana da Torgela	36	26	0	0	0	0	10
Área de expansão industrial	95	0	0	0	0	75	20
Total	191	67	14	0	0	75	35

Dos dados acima apresentados, conclui-se que a maioria da área de expansão preconizada na presente Revisão do PDME para Évora, estão adstritas a usos não habitacionais, nomeadamente: desportivo, industrial e estrutura ecológica. As áreas verdes que integram a Estrutura Ecológica da cidade, apresentam-se, como elemento estruturante do espaço urbano, complementando a rede ecológica urbana municipal existente.

4.2.4. Bairros Periféricos à Cidade

Os bairros periféricos são unidades territoriais isoladas e destacadas do perímetro urbano da Cidade de Évora, tendo como uso dominante a habitação. Incluem-se nesta categoria os aglomerados de Santo António, 25 de Abril, Caeira e Espadas.

Os bairros periféricos integram solos urbanizados e de urbanização programada, propondo-se como objectivos do PDM para estas áreas, os seguintes:

- A requalificação urbana e ambiental;
- O controlo da sua expansão, limitando a extensão do solo urbano aos níveis ora estabelecidos;

- A criação de condições para a diversificação de usos e actividades e a conseqüente melhoria da vivência urbana, admitindo usos complementares de turismo, comércio e serviços, bem como pequenas unidades funcionais de indústria não poluente ou de armazenagem;
- A limitação de densidades populacionais em função da comportabilidade das redes de infra-estrutura existentes ou susceptíveis de serem programadas.

4.2.5. Aglomerados Urbanos Sedes de Freguesias Rurais

O concelho de Évora apresenta uma rede urbana com fortes assimetrias. A sede do Concelho compreende um amplo conjunto de funções conformes com o seu nível de capital regional com cerca de 41.000 habitantes no interior do perímetro urbano, valor que se amplia para 48.000 habitantes, se incluirmos a sua área envolvente.

Os restantes aglomerados sede das freguesias rurais que “gravitam” em torno da cidade, evidenciam alguma desertificação e em alguns casos perda de identidade urbanística e arquitectónica. Este facto requer o estabelecimento de uma estratégia específica e a adopção de um modelo territorial adequado visando repor um equilíbrio aceitável entre aqueles aglomerados e a cidade de Évora. Para tal devem estabelecer-se funções de complementaridade e solidariedade entre eles em função da sua dinâmica sócio-económica, urbanística e ambiental, por forma a atingir-se uma rede urbana devidamente estruturada por ordens e valências funcionais.

A actual rede urbana é constituída pela cidade de Évora e sua área envolvente e por doze povoações com um número de habitantes da ordem das centenas, onde se localizam as sedes de freguesia, entre as quais existem diferenças significativas. Azaruja, Nossa Senhora de Machede e S. Manços são os aglomerados de maior dimensão, com uma população que se estima entre os 900 e 1.100 habitantes. Torre de Coelheiros, S. Sebastião da Giesteira, S. Miguel de Machede e Valverde compreendem uma população entre 500 e 700 habitantes, enquanto que, Graça do Divor, Vendinha, Guadalupe e Boa-Fé apresentam menos de 500 habitantes.

Da avaliação dos actuais perímetros urbanos, resultou a necessidade de se proceder ao seu redimensionamento⁸, de forma a constituir oferta adicional de habitação de baixa densidade,

⁸ Tal como previsto no ponto 3 do artigo 72º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial – Dec. Lei n.º 380/99, de 22 de

criando uma alternativa válida à actual procura de quintinhas na envolvente da Cidade, situação que não se vislumbra ser uma solução sustentável, quer em termos ambientais, quer pelo bloqueio que provoca à expansão futura de Évora.

Os Aglomerados Urbanos, sedes das Freguesias Rurais, são objecto de proposta de ordenamento à escala 1/5.000 descrevendo-se, adiante, o modelo de ordenamento proposto.

O modelo contido na estratégia de ordenamento, nesta revisão do PDME, visa a promoção/requalificação da cidade de Évora e de todos os aglomerados urbanos sede de freguesia rural, considerando que a cidade não poderá sofrer uma evolução urbanística isolada do resto do concelho, tornando-se necessário reforçar as suas relações com os aglomerados urbanos, tirando partido das suas características, localização e especificidades próprias.

Atendendo à precária sustentabilidade dos aglomerados sede de freguesia rural propõe-se um modelo que contribua para o fomento de uma nova dinâmica nestas áreas a fim de corrigir assimetrias no concelho. Para tal, há aspectos transversais a tomar em consideração em todos os aglomerados mencionados anteriormente, dos quais se salientam os seguintes:

- A importância dos conjuntos de arquitectura vernacular existentes a proteger e valorizar;
- O reconhecimento do potencial ambiental envolvente, constitui-se como uma das maiores riquezas a preservar a nível concelhio, regional e até nacional;
- A existência de comunidades com identidade própria e valores de cultura e tradição;
- O nível satisfatório de infra-estruturas e equipamentos sociais

Tais povoações, bem como as respectivas propostas de requalificação urbana, foram assinaladas na Planta de Ordenamento (identificadas pelos caracteres alfanuméricos **P₁**), a saber:

- Azaruja
- Canaviais
- Casas Novas/Boa Fé
- Graça do Divor
- Guadalupe
- Nossa Senhora de Machede
- S. Maços
- S. Miguel de Machede
- S. Sebastião da Giesteira
- Torre de Coelheiros

- Valverde
- Vendinha

Face ao modelo e à estratégia concertada referida, pretende-se imprimir uma nova dinâmica demográfica que sustente o desenvolvimento económico e social perante a requalificação urbanística dos aglomerados, para que estes possam constituir uma alternativa mais atractiva para a população que desenvolve a sua actividade na cidade. Assim, a estratégia e o modelo a implementar, assentam nas seguintes grandes linhas de força:

- criação de novos espaços para habitação, com funções turísticas e de segunda habitação, a fim de criar alternativas à cidade e sua envolvente;
- qualificação da rede de equipamentos locais com vista a uma maior eficácia dos serviços prestados;
- valorização dos espaços públicos a fim de contribuir para uma maior coesão urbanística do aglomerado e para sustentar as vivências locais da população;
- rede turística e patrimonial que fomente, de forma integrada, o desenvolvimento económico e social, através da criação de pólos turísticos com as subseqüentes mais valias ao nível do emprego e de fixação da população;
- promover uma regulamentação específica que permita manter e valorizar a coerência urbanística e arquitectónica, através do respeito e valorização dos valores patrimoniais em presença.

No quadro 11 pode observar-se o resultado das medições efectuadas relativamente às diferentes classes e categorias de espaços que constituem os diferentes aglomerados.

Quadro 11: Requalificação Urbanística nas Sedes de Freguesia

Requalificação urbanística nas Sedes de Freguesia Rurais														
Freguesias Rurais	Áreas Afectas a Zonas Habitacionais (ha)			Zonas de Actividades Económicas (ha)		Zonas de Equipamentos (ha)		Zonas Verdes (ha)				Perímetro Urbano (ha)		
	Cons.	H1	H0	Existentes	Proposto	Existentes	Proposto	Zona de Protecção	Verde Urbano	Hortas	Total	Existente	Proposto	Total de expansão
Azaruja	23,60	6,60	14,74	17,88	10,43	7,72	5,82	4,07			4,07	74,79	100,07	25,28
Casas Novas / Boa Fé	2,80	4,02	7,14		0,80	2,66	0,79	3,60	0,44		4,04	7,39	21,76	14,37
Canaviais	40,26	12,95	16,63			10,38	13,53	4,00			4,00	53,20	103,83	50,63
Graça do Divor	10,98	8,77	5,50	0,66	0,88	1,79	2,52	1,60	1,98		3,58	20,19	36,13	15,94
Guadalupe	4,77	6,00	15,68	1,08	2,25	2,83	1,67	9,54	2,16		11,70	29,05	47,62	18,57
N.ª Sr.ª Machede	24,58	0,27	14,77		2,22	3,93	0,90	2,60	2,89	21,74	27,23	38,87	79,50	40,63
S. Manços	15,15	18,14	4,61	0,97	3,46	2,67	4,94	8,49	2,86		11,35	40,42	67,20	26,78
S. Miguel Machede	8,03	7,89	11,92	0,78	1,03	1,90	2,52	3,58	1,93		5,51	24,14	79,50	55,36
S. S. Giesteira	9,37	13,21	7,02		1,25	1,46	1,71	2,55	0,70		3,25	20,54	40,53	19,99
Torre de Coelheiros	13,04	1,95	2,18	1,24	3,21	2,84	1,56	7,13	1,46		8,59	24,69	42,20	17,51
Valverde	4,95	7,93	6,93		1,52	45,50	1,38	5,12	1,86		6,98	12,78	36,09	23,31
Vendinha	8,54	5,10	4,37		2,05	0,68	1,98	1,19	0,08		1,27	18,14	26,68	8,54
Total	166,07	92,83	111,49	22,61	29,10	84,36	34,38	53,47	16,36	21,74	91,57	311,00	681,11	316,91

As áreas de expansão habitacionais distribuem-se pelas tipologias, H0 (média de 10 fogos/ha) e H1 (média de 20 fogos/ha), podendo observar-se no quadro seguinte (quadro 12) a distribuição do número de fogos previstos pelas diferentes sedes de freguesias.

Quadro 12: Freguesias Rurais - Estimativa da Expansão Habitacional

	Tipologia	Área de Implantação Total (ha)	Áreas para vias (-10%)	Fogos em Habitacional tipificado H0	Fogos em Habitacional tipificado H1	Total de Fogos (H0+H1)
Azaruja	H0	14,7	1,47	147		279
	H1	6,6	0,66		132	
Canaviais	H0	7,1	0,71	71		152
	H1	4,0	0,40		80	
Casas Novas / Boa Fé	H0	16,6	1,66	166		425
	H1	13,0	1,30		259	
Graça do Divor	H0	5,5	0,55	55		230
	H1	8,8	0,88		175	
Guadalupe	H0	15,7	1,57	157		277
	H1	6,0	0,60		120	
N.ª Sr.ª Machede	H0	14,8	1,48	148		153
	H1	0,3	0,03		5	
S. Manços	H0	4,6	0,46	46		409
	H1	18,1	1,81		363	
S. Miguel Machede	H0	11,9	1,19	119		277
	H1	7,9	0,79		158	
S. S. Giesteira	H0	7,0	0,70	70		334
	H1	13,2	1,32		264	
Torre de Coelheiros	H0	2,2	0,22	22		61
	H1	2,0	0,20		39	
Valverde	H0	6,9	0,69	69		228
	H1	7,9	0,79		159	
Vendinha	H0	4,4	0,44	44		146
	H1	5,1	0,51		102	
Total	H0+H1	204,3		1114	1857	2971

Nota: valores para um máximo de 10 fogos/ha para a expansão habitacional de H0 e 20 fogos/ha para a expansão habitacional de H1.

Os objectivos e as soluções propostas, subjacentes ao modelo de ordenamento preconizado para as diferentes sedes de freguesia, são descritos a seguir, de forma individualizada.

Azaruja

OBJECTIVOS

Objectivos	Acções
Contrariar a queda demográfica	Criação de emprego e dinamização de actividades económicas
	Política habitacional favorável à fixação de novos residentes
Defender a coerência territorial	Defesa e valorização do Património
	Planear o crescimento
Melhorar a estrutura viária	Circulação alternativa ao atravessamento da área central
	Eliminar descontinuidades
Valorizar a rede de equipamentos	Requalificação da rede existente
	Criação de novos equipamentos

SOLUÇÃO PROPOSTA

- A melhoria da estrutura viária, através:
 - da proposta de novos arruamentos,
 - da supressão de diversas descontinuidades pontuais.
- A criação de amplo espaço destinado a equipamentos (desportivos, escolares, mercados e feiras, 3ª idade, etc.) e terciário, entre o NIA e o espaço habitacional central:
 - estabelecendo a continuidade urbana e organizando a entrada na povoação,
 - articulando as funções habitacionais e industriais,
 - dotando a povoação de um conjunto de equipamentos que potenciem a realização de eventos de carácter social, cultural, desportivo ou económico.
- A valorização das áreas de maior valor patrimonial e simbólico da Povoação:
 - requalificação da Praça de Touros e arranjo urbanístico do espaço público envolvente,
 - organização e arranjo urbanístico do espaço envolvente da igreja e escola básica, tirando partido das vistas panorâmicas,
 - defesa do conjunto de valor patrimonial do Palácio da Azarujinha.
- A melhoria do serviço de equipamentos existentes:
 - Prevendo local para a instalação de extensão do centro de saúde, em substituição do posto médico,
 - Requalificando e ampliando o edifício da EB1 com uma sala de Jardim de Infância
 - adaptando parte do lavadouro público a balneários/sanitários, e instalando no terreno contíguo, espaço para desporto informal,

- incluindo a valência “lar” no equipamento de apoio á 3ª idade
- A organização de expansão habitacional H₁ - habitação unifamiliar em banda contínua, dando continuidade às características do edificado:
 - ocupando terrenos libertados pelas indústrias da cortiça,
 - ocupando terrenos em espaços contíguos à ocupação existente.
- A previsão de áreas de expansão industrial, situadas:
 - a Poente, em terreno contíguo do Núcleo Industrial da Azaruja,

Boa-Fé / Casas Novas

OBJECTIVOS

Objectivos	Acções
Contrariar a queda demográfica	Criação de emprego e dinamização de actividades económicas
	Política habitacional favorável à fixação populacional
Defender a coerência territorial	Defesa e valorização do Património
	Planear o crescimento, eliminando descontinuidades
	Assegurar a ligação entre os aglomerados principais
Valorizar a rede de equipamentos	Requalificação da rede existente
	Criação de novos equipamentos

SOLUÇÃO PROPOSTA

- Reforço de Casas Novas/Boa Fé como área central da freguesia, através:
 - da criação de nova ligação entre os dois núcleos urbanos,
 - da integração urbana de outros núcleos já edificados (Monte Novo e núcleo a Poente da Boa Fé), bem como equipamentos existentes;
- Reforço e valorização de espaços públicos estruturantes, incluindo:
 - a requalificação e expansão do Largo da Igreja da Boa Fé para Poente, melhorando o tráfego e reorganizando a entrada e recepção no aglomerado,
 - a criação de Largo/Praça em Casas Novas, entre a Cooperativa de Consumo e a Junta de Freguesia, adequando-o a espaço de entrada e recepção na povoação;
- Melhoria da circulação através da supressão de descontinuidades entre becos existentes nas Casas Novas, do reordenamento de caminhos, da criação de percurso pedonal entre

equipamentos e da recuperação de caminho entre Casas Novas e Boa Fé, atravessando a Ribeira de S. Brissos por ponte antiga;

- Melhoria do serviço de equipamentos, através da criação de centro de convívio para a 3ª idade em Casas Novas, da construção de polidesportivo descoberto, da ampliação do cemitério e da reorganização dos equipamentos escolares e de apoio à infância;
- Remodelação e reforço das infra-estruturas de abastecimento de água e drenagem e tratamento de esgotos, através:
 - do reforço da rede de abastecimento de água, a partir do sistema de Évora, e construção de reservatório elevado,
 - construção de nova ETAR e estação elevatória de águas residuais.
- A organização de uma expansão contígua à ocupação existente, dando continuidade às características do edificado (habitação unifamiliar em banda contínua).
- A previsão de uma área destinada a actividades económicas (indústrias e comércio), com 0,8 ha, situada junto ao arruamento de ligação entre Casas Novas e Boa Fé.

Canaviais

OBJECTIVOS

Objectivos	Acções
Assegurar o crescimento demográfico	Criação de emprego e dinamização de actividades económicas
	Política habitacional favorável à fixação populacional
Melhorar a estrutura viária	Recuperação das vias de ligação à cidade
	Criação de arruamentos na freguesia
Valorizar a rede de equipamentos	Requalificação da rede existente
	Criação de novos equipamentos

SOLUÇÃO PROPOSTA

- A melhoria da estrutura viária e arranjo de espaços exteriores, através:
 - da criação de novos arruamentos, pavimentação de alguns existentes e instalação de passeios, quando a largura dos arruamentos o permitir;
 - da resolução de problemas pontuais que beneficiem a circulação;
 - supressão de valetas e criação de sistema de recolha de águas pluviais,
 - criação de espaço verde de lazer.
- A valorização do serviço prestado ao nível de equipamentos existentes e a criar:
 -

- melhorando o serviço de equipamentos, através da criação de equipamentos de saúde, ensino, lazer e socio-culturais;
- remodelando e reforçando as infra-estruturas de abastecimento de água e drenagem de tratamento de esgotos

Graça do Divor

OBJECTIVOS

Objectivos	Acções
Manter a estabilidade demográfica	Criação de emprego e dinamização de actividades económicas
	Política habitacional favorável à fixação populacional
Defender a coerência territorial	Defesa e valorização do Património
	Planear o crescimento, eliminando descontinuidades
	Articular os três núcleos urbanos
Valorizar a rede de equipamentos	Requalificação da rede existente
	Criação de novos equipamentos

SOLUÇÃO PROPOSTA

- A valorização dos conjuntos de valor patrimonial: Rua Principal / Largo 25 de Abril e Igreja / Cemitério, bem como a melhoria e requalificação do percurso entre eles;
- A melhoria da estrutura viária, através das seguintes intervenções:
 - criação de duas rotundas nos entroncamentos da Rua de Évora e da EM 527 com a EN 370, suprimindo as restantes ligações,
 - criação de uma ligação entre aqueles dois arruamentos com traçado próximo da EN 370, permitindo, em simultâneo, melhorar imagem da povoação a partir da EN, facilitar acesso entre os núcleos e organizar futura expansão,
 - articulação viária entre os três núcleos, prevendo ligações e percursos entre eles;
- A criação de Largo/Praça predominantemente utilizada por terciário, próxima da confluência da Rua de Évora com EN 370, permitindo:
 - Organizar e valorizar a entrada e recepção na povoação,
 - A instalação de actividades complementares da zona de equipamentos, acentuando a dinâmica desta área;

- A melhoria do serviço de equipamentos existentes, prevendo-se espaços para:
 - a instalação da valência de creche junto ao jardim de infância,
 - construção do polidesportivo descoberto e Sede do Grupo Desportivo,
 - ampliação do equipamento de apoio à 3ª idade,
 - ampliação do cemitério;
 - requalificação do edifício da EB1 e do Jardim de Infância
- A organização de uma expansão contígua à ocupação existente, dando continuidade às características do edificado (habitação unifamiliar: em banda contínua - H₁).
- A previsão de uma área destinada a actividades económicas (indústrias e comércio), com 0.9 ha, situada na proximidade da ETAR da povoação.

Guadalupe

OBJECTIVOS

Objectivos	Acções
Contrariar a queda demográfica	Criação de emprego e dinamização de actividades
	Política habitacional favorável à fixação populacional
Defender a coerência territorial	Eliminar discontinuidades urbanísticas
	Reforço da area central com terciário
	Remodelação da rede viária
Valorizar a rede de equipamentos	Requalificação da rede existente
	Criação de novos equipamentos

SOLUÇÃO PROPOSTA

- O reforço da área central da Povoação, através da criação de Largo/Praça articulando diversas funções, e na qual deverão ser concentrados novos equipamentos e terciário;
- A melhoria da zona desportiva com construção de polidesportivo descoberto e balneários;
- A organização de expansões habitacionais, promovendo a coerência territorial e contrariando as discontinuidades urbanísticas, nomeadamente as seguintes:
 - área contígua ao “núcleo central”, reforçando-o e dando continuidade às características do edificado (habitação unifamiliar em banda contínua),
 - ao longo dos arruamentos (já infra-estruturados) que ligam o “núcleo central” ao “núcleo Norte” (Rua das Flores),
 - área adjacente e integrando parte do “núcleo do Moinho da Carreira”, possibilitando

- a criação de rede de arruamentos,
 - área ocupando terrenos de relevo mais acentuado entre o “núcleo central” e o “núcleo Norte”, estendendo-se para nordeste até ao entroncamento do CM 1075 com o novo arruamento previsto.
- A previsão de uma área destinada a actividades económicas (indústrias e comércio), com 2.3 ha, situada a sul da povoação, na proximidade da estação de tratamento de esgotos da povoação.

Nossa Senhora de Machede

OBJECTIVOS

Objectivos	Acções
Contrariar a queda demográfica	Criação de emprego e dinamização de actividades
	Política habitacional favorável à fixação populacional
Defender a coerência territorial	Defesa e valorização do Património
	Planear o crescimento, eliminando descontinuidades
	Reforçar a estrutura viária
Valorizar a rede de equipamentos	Requalificação da rede existente
	Criação de novos equipamentos

SOLUÇÃO PROPOSTA

- O reforço da actual estrutura edificada da povoação, através:
 - da valorização e reforço da área edificada nas cumeadas,
 - da defesa das zonas de vale, restringindo a capacidade de construção,
 - da requalificação e valorização da área envolvente da Ribeira de Machede;
- A melhoria da estrutura viária da povoação, através da hierarquização e reforço da rede viária:
 - acentuando os arruamentos de cumeada e estabelecendo com eles novas ligações à EM526,
 - criando e/ou reforçando arruamento na margem esquerda da Ribeira de Machede, complementando-o com percurso pedonal e espaço verde público, tirando partido da proximidade da linha de água,

- criando e/ou reforçando arruamento intermédio, estabelecendo a ligação dos arruamentos de cumeada e pontuando-o, nas suas intercepções, por espaços públicos de estar, arborizados, tirando partido do desfrute de vistas;
- A valorização da área de maior valor patrimonial e simbólico da povoação, através:
 - da requalificação urbana do espaço entre o largo da Igreja e o largo da Casa do Povo,
 - da construção de uma nova Praça, em articulação com aqueles espaços, na qual deverão ser concentrados equipamentos e funções terciárias,
 - da defesa do conjunto de valor patrimonial identificado;
- A previsão de duas áreas destinadas a actividades económicas (indústrias e comércio), com 1,3 ha e 0,6 ha, situada na proximidade da estação de tratamento de esgotos da povoação.

S. Manços

OBJECTIVOS

Objectivos	Acções
Contrariar a queda demográfica	Criação de emprego e dinamização de actividades
	Política habitacional favorável à fixação populacional
Defender a coerência territorial	Defesa e valorização do Património
	Planear o crescimento, eliminando descontinuidades
	Estruturar e consolidar a área urbana
Melhorar a estrutura viária	Criar alternativa ao atravessamento da povoação (CM 1184)
	Reforçar a acessibilidade à zona desportiva
Valorizar a rede de equipamentos	Requalificação da rede existente
	Criação de novos equipamentos

SOLUÇÃO PROPOSTA

- O melhoramento da estrutura viária, através;
 - da criação de anel de distribuição com acessos directos ao IP 2 e ao CM 1184:
 - a) preconizando construção de rotunda no final do nó do IP 2, e início da Rua da Ajuda,
 - b) prevendo construção variante, a Sul da povoação, ligando o CM 1184 e IP2,

- c) preconizando construção de arruamento ligando a povoação/Rua da Ajuda à margem poente da Ribeira de S. Manços, onde se localiza a zona desportiva e expansão habitacional/industrial, prolongando-o até ao CM 1184,
 - da supressão de descontinuidades dos arruamentos transversais a Nascente da Rua da Ajuda, e zona do Cemitério;
 - da construção de acesso alternativo ao Cemitério, incluindo estacionamento de apoio àquele equipamento,
- A criação, requalificação e valorização de espaços públicos estruturantes, incluindo:
 - a valorização do Largo da Igreja, espaço de valor patrimonial e simbólico da povoação,
 - a criação de passeios, arborização e iluminação da Rua da Ajuda, bem como definição de alinhamentos para as construções marginais,
 - da criação de espaços de remate da Rua da Ajuda e simultaneamente de entrada e recepção na povoação,
 - do reforço da acessibilidade e criação de espaço público envolvendo a Praça de Touros,
 - do alargamento da Rua Gouveia no cruzamento com a Rua da Ajuda, tornando claro o acesso ao centro da vila;
- A melhoria do serviço de equipamentos existentes:
 - Prevendo a ampliação do equipamento de apoio à 3ª idade,
 - Preconizando a construção definitiva do equipamento de apoio à infância,
 - Prevendo a ampliação do cemitério,
 - Prevendo zona verde pública ribeirinha, permitindo: expansão do parque existente, o apoio aos equipamentos contíguos, bem como a sua utilização como espaço para feiras e mercados ou outros eventos de carácter social, cultural ou económico;
- A organização de uma expansão em torno e contígua à ocupação existente, dando continuidade às características do edificado (habitação unifamiliar em banda contínua - H₁).
- A previsão de áreas destinadas a actividades económicas (indústria e comércio), com 3.5 ha, no total, situados junto ao arruamento de ligação entre o IP2 e o CM 1184 e junto à zona desportiva;

S. Miguel de Machede

OBJECTIVOS

Objectivos	Acções
Contrariar a queda demográfica	Criação de emprego e dinamização de actividades
	Política habitacional favorável à fixação populacional
Defender a coerência territorial	Defesa e valorização do Património
	Planear o crescimento, eliminando descontinuidades
Valorizar a rede de equipamentos	Requalificação da rede existente
	Criação de novos equipamentos

SOLUÇÃO PROPOSTA

- A criação de uma variante à actual EN 254 (projecto em curso);
- O reforço da Área Central da Povoação, através de:
 - requalificação urbana da Praça da República,
 - construção de uma segunda Praça, a nascente desta e com ela articulada, na qual deverão ser concentrados novos equipamentos e funções terciárias,
 - defesa do conjunto de valor patrimonial identificado;
- A organização de uma expansão em torno e contígua à ocupação existente, dando continuidade às características do edificado (habitação unifamiliar em banda contínua).
- A previsão de uma área destinada a actividades económicas (indústrias e comércio), com 1.0 ha, situada à entrada nascente da povoação, junto a troço da EN 254 que perderá as funções de estrada nacional.

S. Sebastião da Giesteira

OBJECTIVOS

Objectivos	Acções
Contrariar a queda demográfica	Criação de emprego e dinamização de actividades
	Política habitacional favorável à fixação populacional
Defender a coerência territorial	Defesa e valorização do Património
	Planear o crescimento, eliminando descontinuidades
	Consolidar a área urbana existente
Melhorar a estrutura viária	Adequar a via principal ao seu percurso urbano
	Suprimir as descontinuidades encontradas
Valorizar a rede de equipamentos	Requalificação da rede existente
	Criação de novos equipamentos

SOLUÇÃO PROPOSTA

- A melhoria da estrutura viária da povoação, através das seguintes realizações:
 - construção de duas rotundas sobre a EN370, marcando a entrada Norte e Sul da povoação,
 - criação de arruamento envolvendo, a Sul/Poente, o núcleo edificado mais antigo, possibilitando acesso alternativo ao Cemitério,
 - rectificação do traçado de caminho para “Ilha Fria”, envolvendo, a Norte, a igreja e o centro social e paroquial,
 - supressão de descontinuidades entre as Ruas da Sociedade, Rua da Escola e EN 370;
- O reforço e valorização dos espaços públicos estruturantes, através:
 - da requalificação da área central e comercial da povoação, incluindo o largo Pedro Coelho,
 - da criação de passeios, arborização e iluminação no troço urbano da EN370, bem como a definição de alinhamento para as construções marginais,
 - da valorização da área de maior valor patrimonial e simbólico da Povoação – Largo da Igreja, com reorganização viária, ampliação e arranjo urbanístico do espaço envolvente, tirando partido das vistas panorâmicas e facilitando a realização das festas da freguesia,
 - da valorização da área envolvente de equipamentos, marcando a entrada Sul da povoação;

- A melhoria do serviço de equipamentos existentes:
 - Preconizando a ampliação da escola básica do 1º ciclo e jardim de infância, transferindo cantina escolar para edifício situado nas imediações,
 - Prevendo a ampliação do campo de grandes jogos e a construção de balneários junto do polidesportivo descoberto,
 - Prevendo o reforço dos equipamentos de apoio à 3ª idade,
 - Prevendo a ampliação do cemitério,
 - Preconizando espaços para construção de equipamentos de lazer, recreio ou cultura;
- A organização duma expansão contígua à ocupação existente, dando continuidade às características do edificado (habitação unifamiliar em banda – H1)
- A previsão de uma área destinada a actividades económicas (indústrias e comércio), com 1,3 ha, situada a Sul, junto da EN 370 na entrada Sul da povoação.

Torre de Coelheiros

OBJECTIVOS

Objectivos	Acções
Contrariar a queda demográfica	Criação de emprego e dinamização de actividades
	Política habitacional favorável à fixação populacional
Defender a coerência territorial	Defesa e valorização do Património
	Planear o crescimento, eliminando descontinuidades
Valorizar a rede de equipamentos	Requalificação da rede existente
	Criação de novos equipamentos

SOLUÇÃO PROPOSTA

- A requalificação do principal nó de acesso, organizando a entrada na povoação, valorizando enquadramento da Torre/Palácio dos Cogominhos e atenuando impactes negativos de construções existentes (reservatório de água e construções dispersas) ou previstas (área industrial);
- O reforço da Área Central da Povoação, através :
 - da melhoria da acessibilidade a esta área, incluindo alargamento da Rua da Unidade,
 - da criação de um espaço de recepção, a Norte do largo da igreja, com ele articulado, potenciador da realização de eventos socioculturais ou económicos e no

- qual deverão ser concentradas funções terciárias,
- da criação de um espaço verde público, articulado com anterior espaço e tirando partido da interessante vegetação e estruturas construídas existentes,
- da defesa do conjunto de valor patrimonial identificado;
- A melhoria do serviço de equipamentos existentes:
 - Conservando e requalificando a área do edifício afecta ao pré-escolar e 1º ciclo, bem como a adaptação da área desocupada,
 - Preconizando a reserva de espaço para construção de sedes de gentes socioculturais e desportivos, bem como terciário,
 - Prevendo a ampliação do cemitério;
- A criação de dois espaços destinados a actividades económicas (indústrias, comércio, serviços e armazéns), situados:
 - a Poente e contíguo à actual área de actividades económicas, com cerca de 3,2 ha,
 - a Poente e contíguo às instalações da cooperativa agrícola, com 0.07ha.

Valverde

OBJECTIVOS

Objectivos	Acções
Contrariar a queda demográfica	Criação de emprego e dinamização de actividades
	Política habitacional favorável à fixação populacional
Defender a coerência territorial	Defesa e valorização do Património
	Planear o crescimento, eliminando descontinuidades
Melhorar a estrutura viária	Requalificar as vias de circulação dentro da povoação
	Melhorar o acesso ao aglomerado
Valorizar a rede de equipamentos	Requalificação da rede existente
	Criação de novos equipamentos

SOLUÇÃO PROPOSTA

- A melhoria da estrutura viária, através:
 - da construção de nova ponte na entrada Nascente da povoação,
 - da criação de “escapatória” para pesados, no CM 1079, alternativa à passagem sob o aqueduto,
 - da pavimentação do caminho para Guadalupe, incluindo correcções na geometria do entroncamento deste, com o CM 1079;

- A criação de um amplo espaço verde urbano, de recreio, lazer e atracção turística, junto da Ribeira de Valverde, tirando partido do grande valor patrimonial e paisagístico da zona, permitindo:
 - organizar a entrada principal de Valverde,
 - dotar a povoação de um espaço potenciador da realização de eventos de carácter social, cultural, ou económico,
 - estabelecer a continuidade urbana e articulação da povoação com o importante conjunto de valor patrimonial da Mitra;
- A melhoria do serviço de equipamentos existentes, prevendo-se áreas para:
 - concentração dos estabelecimentos de educação e ensino existentes em Valverde (Jardim de Infância e 1º ciclo) no actual edifício da EB1, com as necessárias adaptações,
 - ampliação do cemitério,
 - reorganização da zona desportiva, adequando o polidesportivo às dimensões mínimas;
- A organização de uma expansão contígua à ocupação existente, dando continuidade às características do edificado (habitação unifamiliar: em banda contínua - H₁).
- A previsão de uma área destinada a actividades económicas (indústrias e comércio), com 1,5 ha, situada a Poente da povoação.

Vendinha

OBJECTIVOS

Objectivos	Acções
Contrariar a queda demográfica	Criação de emprego e dinamização de actividades
	Política habitacional favorável à fixação populacional
Defender a coerência territorial	Defesa e valorização do Património
	Planear o crescimento, eliminando descontinuidades
	Recuperação de fogos degradados
Valorizar a rede de equipamentos	Requalificação da rede existente
	Criação de novos equipamentos

SOLUÇÃO PROPOSTA

- A previsão de uma variante à actual EN 256 (projecto do EP);
- O reforço e valorização da Área Central da Povoação, através:

- da requalificação urbana da Praça 1º de Maio,
 - da construção de jardim público, a nascente da Praça e com ela articulada,
 - da remodelação e ampliação do equipamento de recreio e lazer, com a construção de salão de festas,
 - da defesa dos valores patrimoniais identificados;
- A construção de complexo desportivo em espaço adjacente à escola básica de 1º ciclo, incluindo a reinstalação do campo de grandes jogos, polidesportivo descoberto e balneários;
 - A melhoria do serviço de equipamentos existentes, prevendo:
 - inclusão da valência “lar” no actual centro de dia de 3ª idade,
 - enquadramento arborizado do parque infantil,
 - ampliação do espaço de recreio do jardim de infância,
 - construção de casa mortuária, junto da igreja;
 - A organização de uma expansão contígua à ocupação existente, ou em espaços vazios no interior do perímetro urbano, dando continuidade às características do edificado (habitação unifamiliar em banda contínua – H₁).
 - A previsão de uma área destinada a actividades económicas (indústrias e comércio), com 2,1 ha, situada à entrada poente da povoação, junto ao troço da EN 256 (ligação a Évora).

4.2.6. Outros Aglomerados

Os restantes aglomerados do concelho, nomeadamente a Estação das Alcáçovas, S. Brás do Regedouro e S. Vicente de Valongo, embora se insiram no modelo territorial a definir e na respectiva estratégia de suporte, não serão objecto de nenhum Instrumento de Gestão Territorial face à fraca dinâmica demográfica e sócio-económica. Em termos populacionais, com base nos Censos de 2001, hierarquizam-se do seguinte modo:

- São Brás do Regedouro com 116 habitantes;
- São Vicente de Valongo com 108 habitantes;
- Estação de Caminho de Ferro das Alcáçovas com 52 habitantes.

No que se refere à caracterização urbanística e arquitectónica, definem-se como três conjuntos de razoável valor patrimonial, enquadrados em valores locais e regionais que interessa preservar. Deste modo, a sua gestão urbanística será apenas regulamentada em sede da presente Revisão do Plano Director Municipal, bem como a definição dos seus perímetros

urbanos, tendo sempre em vista a preservação da sua identidade nos elementos estruturais da sua arquitectura.

Incluem-se ainda nestes espaços os núcleos urbanos tradicionais do Senhor dos Aflitos, Degebe, Vale do Nobre e Santo Agostinho, situados na envolvente da Cidade de Évora, caracterizados pela predominância da ocupação dispersa.

Como objectivos gerais de ordenamento do PDM para estas unidades territoriais, propõem-se os seguintes:

- A melhoria das acessibilidades;
- A requalificação urbana e ambiental com especial incidência sobre os espaços públicos;
- O reforço dos traços de identidade dos sítios, impedindo intervenções que, em especial nos pequenos núcleos urbanos, descaracterizem a imagem urbana tradicional.

4.3. SOLO RURAL

O modelo para o solo rural do concelho, assenta na protecção/valorização ambiental dos recursos disponíveis. Com efeito, o solo rural é classificado em função da dimensão da propriedade existente e de acordo com o potencial ambiental em presença.

Nestas classes prevalece a protecção dos valores naturais que implicam o condicionamento da construção, restringindo a política de gestão territorial patente no Plano Director Municipal vigente, que não conseguiu encaminhar a construção para os espaços urbanos.

O solo rural ocupa a maior parte da superfície concelhia e é o suporte de actividades agrícolas e florestais. A proximidade das áreas urbanas tem induzido uma procura, cada vez maior, para a localização de outros usos, especialmente na coroa peri-urbana da Cidade de Évora.

O ordenamento do solo rural tem como objectivos, além da protecção, preservação e valorização do património natural e construído, a correcta utilização dos recursos naturais em conjugação com as actividades a exercer neste meio, de forma sustentável, especialmente no que se refere ao solo e à água.

Considera-se que a polarização das edificações em pequenos conjuntos viabiliza o acesso às infra-estruturas e assegura uma maior integração na paisagem da região.

Em solo rural, o abastecimento de água e a drenagem dos esgotos devem ser resolvidos por sistemas autónomos, que não prejudiquem a qualidade e a quantidade de água para

abastecimento público. A fim de assegurar a qualidade da água captada localmente por particulares, os sistemas autónomos de tratamento de esgotos respeitarão um afastamento mínimo aos furos e poços de captação de água assim como aos limites da propriedade.

Os espaços rurais correspondem a grande parte da superfície concelhia que continuará a ser o suporte das actividades agrícolas e florestais com forte tendência para se diferenciarem das actuais, não só devido às mudanças verificadas ao nível da política agrícola, mas também porque é crescente a procura destes espaços para outras funções, nomeadamente:

- protecção, valorização e utilização sustentável dos recursos naturais - com destaque para o solo e a água, mas sem esquecer a biodiversidade animal e vegetal e os recursos minerais;
- Complementando os espaços urbanos, contribuindo para a sua requalificação bem como para actividades de recreio e de formação ambiental;
- Preservação e valorização do património natural e construído e identidade das paisagens;
- Acolhimento das actividades turísticas, equipamentos desportivos ou outros que, pela sua natureza, recomendam localizações exteriores às áreas urbanas e que sejam compatíveis com as condicionantes determinadas por um uso equilibrado dos espaços rurais.

Assim, a evidente necessidade de manter e valorizar as áreas rurais do concelho de Évora deve-se não só ao interesse económico do seu aproveitamento directo como, também, à crescente importância que estas áreas assumem em termos ambientais e paisagísticos, com resultados evidentes também em termos económicos quer directos quer indirectos.

De facto, a multifuncionalidade da agricultura começa a ser devidamente reconhecida, faltando ainda o passo seguinte que consistirá na justa remuneração dos serviços não directamente produtivos que presta à comunidade.

É nesta perspectiva que se avança para um conjunto de propostas relativas ao ordenamento do solo rural, definindo objectivos a longo prazo. Tais propostas, traduzidas em regras que constam do Regulamento, são ainda complementadas por recomendações mais específicas quanto a usos e funções, de acordo com as potencialidades genéricas dos solos, com a sua actual utilização e com um conjunto de objectivos ambientais.

A dimensão predominante da propriedade foi um factor fundamental para o estabelecimento de parâmetros relativos à quantificação da edificabilidade admissível em solo rural em espaços de

pequena propriedade e no caso de empreendimentos turísticos.

De acordo com a legislação geral⁹, em solo rural não são permitidas as operações de loteamento nem a destruição do solo vivo e do coberto vegetal, com excepção das normais operações agrícolas.

Para além dos empreendimentos turísticos, admite-se ainda a construção de pequenos armazéns ou instalações industriais,¹⁰ de exploração própria do proprietário/residente, compatíveis com o uso e ocupação do solo, nomeadamente com a habitação, e que obtenham pareceres favoráveis das entidades competentes.

No que se refere aos empreendimentos turísticos devem os mesmos recuperar, preferencialmente, estruturas edificatórias pré-existentes ou, na sua impossibilidade, utilizar modelos arquitectónicos com uma linguagem plenamente articulada com a arquitectura da região e garantindo uma boa inserção local. . O número máximo de camas admitido para o concelho será de **20% da população concelhia**, o que corresponde a aproximadamente **10.000 camas**. Caso este valor seja atingido na vigência da Revisão deste PDME, será o mesmo objecto de avaliação em sintonia com o artigo 93º do Decreto Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro.

Para além da mais valia que os empreendimentos turísticos estruturantes constituem para o concelho e região, traduzem-se ainda numa nova dinâmica socio-económica com repercussões óbvias nos aglomerados urbanos sedes das freguesias rurais que lhe são adjacentes. Assim, a presente revisão do PDME aposta na implementação de empreendimentos turísticos de qualidade, fundamentando-se num articulado regulamentar que privilegia os factores qualitativos sem descurar os parâmetros quantitativos.

Integram o solo rural as seguintes categorias:

- **Espaços Agrícolas e Florestais** que englobam as seguintes subcategorias de solo rural, classificadas em razão das suas características e vocação específica:
 - Espaços Rurais Envolventes da Cidade de Évora;
 - Espaços de Pequena Propriedade;
 - Espaços de Média e Grande Propriedade, que se subdivide ainda em:
 - Áreas Agrícolas e Florestais Indiferenciadas;

⁹ Decreto Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto Lei n.º 177/01, de 4 de Junho

¹⁰ Decreto Lei n.º 69/2003, de 10 de Abril e Decreto Regulamentar n.º 8/2003, de 11 de Abril.

- Zonas Agrícolas de Regadio;
 - Zonas de Protecção ao Aquífero de Évora.
- **Espaços de Exploração Mineira;**
 - **Espaços Afectos a Actividades Industriais** directamente ligados às utilizações que determinam as categorias antes referidas;
 - **Espaços Destinados a Infra-estruturas e Equipamentos** compatíveis com o espaço rural;
 - Infra-estruturas;
 - Áreas Especiais de Comércio e Equipamentos;
 - Espaços de Comércio de Média e Grande Extensão;
 - Unidades Desportivas e Turísticas e Áreas Complementares;
 - Aeródromo;
 - Expo Évora;
 - Equipamentos Diversos
 - **Espaços de Protecção Ambiental** , que se dividem-se em:
 - Zonas de Especial Valor Patrimonial;
 - Zonas de Protecção das Bacias de Alimentação de Albufeiras;
 - Espaços de Protecção da Avifauna;
 - Zonas de Parada Nupcial das Abetardas;
 - Áreas Envolventes às Albufeiras de Águas Públicas.

4.3.1. Espaços Agrícolas e Florestais

4.3.1.1 Espaços Rurais Envolventes da Cidade de Évora

Estes espaços abrangem áreas contíguas ao perímetro urbano de Évora, correspondendo a ocorrências significativas em termos biofísicos, paisagísticos e/ou patrimoniais, com forte impacto na leitura e funcionalidade do espaço urbano, pelo que foram assumidos como parte integrante da Cidade de Évora.

Estes espaços asseguram, em simultâneo, a contenção do espaço urbano, de acordo com os limites estabelecidos neste plano para o perímetro da Cidade e garantem a manutenção do território envolvente da cidade com aptidão para a expansão urbana. Por esta razão o licenciamento de novas construções é aqui fortemente condicionado, a fim de garantir áreas de reserva com dimensão suficiente e na contiguidade do tecido urbano existente, seja para a

edificação, seja , para eventual alargamento dos espaços verdes urbanos. Neste sentido, há que simultaneamente manter e valorizar as estruturas rurais existentes, designadamente as de inegável interesse paisagístico, bem como todo o conjunto monumental do Aqueduto da Água da Prata / Forte de Santo António / Convento da Cartuxa / Convento de S. Bento de Castris.

As orientações do PUE de 2000 perseguiram um objectivo de contenção da cidade actual, como se o plano rematasse o perímetro urbano de forma definitiva, não perspectivando as futuras necessidades de crescimento da cidade. Esta visão explica alguma permissividade relativamente à admissão de novas construções na área envolvente da cidade de Évora. De acordo com a legislação relativa ao turismo no espaço rural a sua instalação apenas poderá ser licenciada em edifícios pré-existentes pelo que a possibilidade de instalação de empreendimentos de turismo no espaço rural na área envolvente da cidade se deverá limitar à adaptação de edifícios existentes. De igual modo a localização de equipamentos especiais na envolvente rural da cidade deverá ser a excepção e não a regra.

Prevê-se nestes espaços a continuação de usos agrícolas e florestais, nomeadamente hortas urbanas, viveiros e outros tipos de produções especializadas e de grande qualidade.

Para valores específicos localizados nos espaços agrícolas e florestais da Cidade são estabelecidas orientações programáticas no sentido da viabilização do seu aproveitamento para utilizações compatíveis, como o lazer ou a construção de equipamentos no caso dos moinhos de S. Bento, a instalação de empreendimentos turísticos nas quintas envolventes dos Moinhos de S. Bento e do Convento da Cartuxa, incluindo a Quinta do Chantre.

Preconiza-se a utilização de espécies autóctones na florestação desta área, a manutenção e requalificação das estruturas de drenagem e galerias ripícolas, nomeadamente canaviais e ainda a preservação das vistas sobre a Cidade.

4.3.1.2 Espaços de Pequena Propriedade

Sob esta designação genérica encontram-se as áreas em que predomina a propriedade de pequena dimensão (no geral até aos 10 ha e só raramente ultrapassando os 50 ha), dominando os solos de mediana a alta fertilidade e, frequentemente, com disponibilidade de água para rega. Apesar do número significativo de edificações existentes nestes espaços, pretende-se manter o seu carácter rural através do desenvolvimento de sistemas policulturais de que resultem produtos vegetais e animais de alta qualidade.

Com o progressivo desaparecimento dos pequenos agricultores, que tradicionalmente se dedicavam a estas actividades na periferia dos aglomerados urbanos, em simultâneo com a tendência que se verifica em todo o mundo e, no caso de Portugal, em algumas regiões (mas ainda com reduzido significado em Évora) para o desenvolvimento da actividade agrícola a

tempo parcial, seria desejável encontrar incentivos que interessassem as gerações mais novas a manterem esta actividade, em complemento de outras exercidas a título principal.

A agricultura a tempo parcial deverá ser aqui revalorizada à custa da sua componente lúdica e de uma forte atenção à qualidade dos produtos, o que começa a ser interessante do ponto de vista económico, uma vez que os consumidores tendem a ser muito mais exigentes e se dispõem a pagar mais por produtos com qualidade garantida.

Para além dos usos agrícolas, florestais e/ou pastoris, é fundamental que estes espaços assumam, em simultâneo, funções de protecção e valorização de recursos naturais bem como dos numerosos elementos patrimoniais presentes.

Como se referiu, estes espaços, apesar da edificação já existente, devem manter a ruralidade que os caracteriza, desenvolvendo-se neles uma policultura mais ou menos intensiva, de que resultem produtos vegetais e animais de alta qualidade. Destinam-se essencialmente a usos agrícolas, florestais e pastoris, em simultâneo, com funções de protecção e valorização de recursos e de elementos patrimoniais.

Para se assegurar a manutenção do carácter rural, sem dar origem a uma densificação tal que implique a instalação de infra-estruturas, impõe-se a adopção de medidas que contrariem e travem a tendência para o parcelamento que se tem registado nas últimas décadas. A fim de desincentivar a subdivisão das propriedades existentes em parcelas de pequena dimensão, com o objectivo de obter parcelas rurais edificáveis, o regulamento prevê para os prédios abrangidos na categoria de espaço de pequena propriedade a admissão de nova construção para habitação e instalações de apoio à actividade agrícola apenas em propriedades com área ≥ 7.5 ha. Admitem-se todavia duas situações de excepção :

a) Prédios integrando a malha cadastral estabilizada, anteriores a 1985:

À data da ratificação do primeiro PDM, em 1985, o cadastro da propriedade rural encontrava-se relativamente estabilizado, à excepção de áreas de crescimento descontrolado, constituídas por bairros de génese ilegal, que foram incluídos no perímetro urbano como forma de assegurar a sua integração social e urbanística. Tendo em atenção a existência nos espaços de pequena propriedade de uma malha cadastral estabilizada, constituída por pequenas quintas, onde a construção de uma habitação tem sido admitida, num processo atomizado e conseqüentemente lento, de acordo com as decisões individuais dos seus proprietários, admite-se que relativamente às parcelas legalmente constituídas anteriormente a 1985, seja permitida a construção para fins habitacionais, até ao limite de 350m^2 , conforme disposições regulamentares deste PDM.

b) Conjuntos de prédios decorrentes do fraccionamento de propriedades agrícolas em “quintinhas”, com o predomínio de parcelas edificadas.

A redução da oferta de habitação dentro dos perímetros urbanos, reduzida a um estreito leque de opções, teve como efeito perverso o aparecimento de “quintinhas”, resultantes de parcelamentos rurais em propriedades de 5000m², área mínima de parcela em terreno de regadio, com o objectivo de satisfazer a procura de lotes para construção de habitação isolada. A contenção da construção em área rural, preconizada nas actuais orientações nacionais de ordenamento do território obrigou à formação de medidas que minorassem as consequências das situações criadas.

De facto este crescimento periurbano de muito baixa densidade dá origem a um consumo excessivo de solo, pois que do parcelamento rural que está na sua génese, parcelas agrícolas de regadio com uma dimensão mínima de 5.000m², resulta uma densidade inferior a dois fogos/ha. As actuais orientações expressas no Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território preconizam que a construção de nova habitação se localize dentro dos perímetros urbanos, onde pode dispor das necessárias infra-estruturas, serviços e equipamentos sociais. A proliferação de habitação dispersa, em ocupações de muito baixa densidade conduz, a curto ou médio prazo, à instalação de infra-estruturas de saneamento básico, com custos de instalação e manutenção elevados, sendo o seu adequado funcionamento de difícil resolução. À consolidação da situação segue-se a reivindicação de serviços como a recolha do lixo, a distribuição de correio ou o acesso ao transporte escolar e eventual instalação de equipamentos sociais, pretendendo colmatar as deficiências de um crescimento desordenado e dissipador de recursos.

Na actual conjuntura não mais será admissível a proliferação da construção em área rural, nem tão pouco os parcelamentos recentes de propriedades agrícolas podem constituir fundamento para aquisição de eventuais direitos de edificabilidade. Todavia, a existência de conjuntos de “quintinhas” onde o número de parcelas edificadas sobreleva já o das parcelas sem qualquer edificação, ou seja nos conjuntos em que pelo menos 50% das propriedades se encontram ocupadas com construção, foi analisada a situação tendo conduzido ao estabelecimento de um regime singular que permite a edificação nas restantes parcelas, salvo se as servidões e restrições de utilidade pública que impendam sobre a parcela o não permitirem. Para este efeito foram demarcados polígonos que delimitam os conjuntos de parcelas edificáveis, que constam da figura 2 e que se encontram identificados no Regulamento - art. 92º, 1, b) - e na Planta Complementar de Ordenamento – Quintinhas (Desenho nº 4).

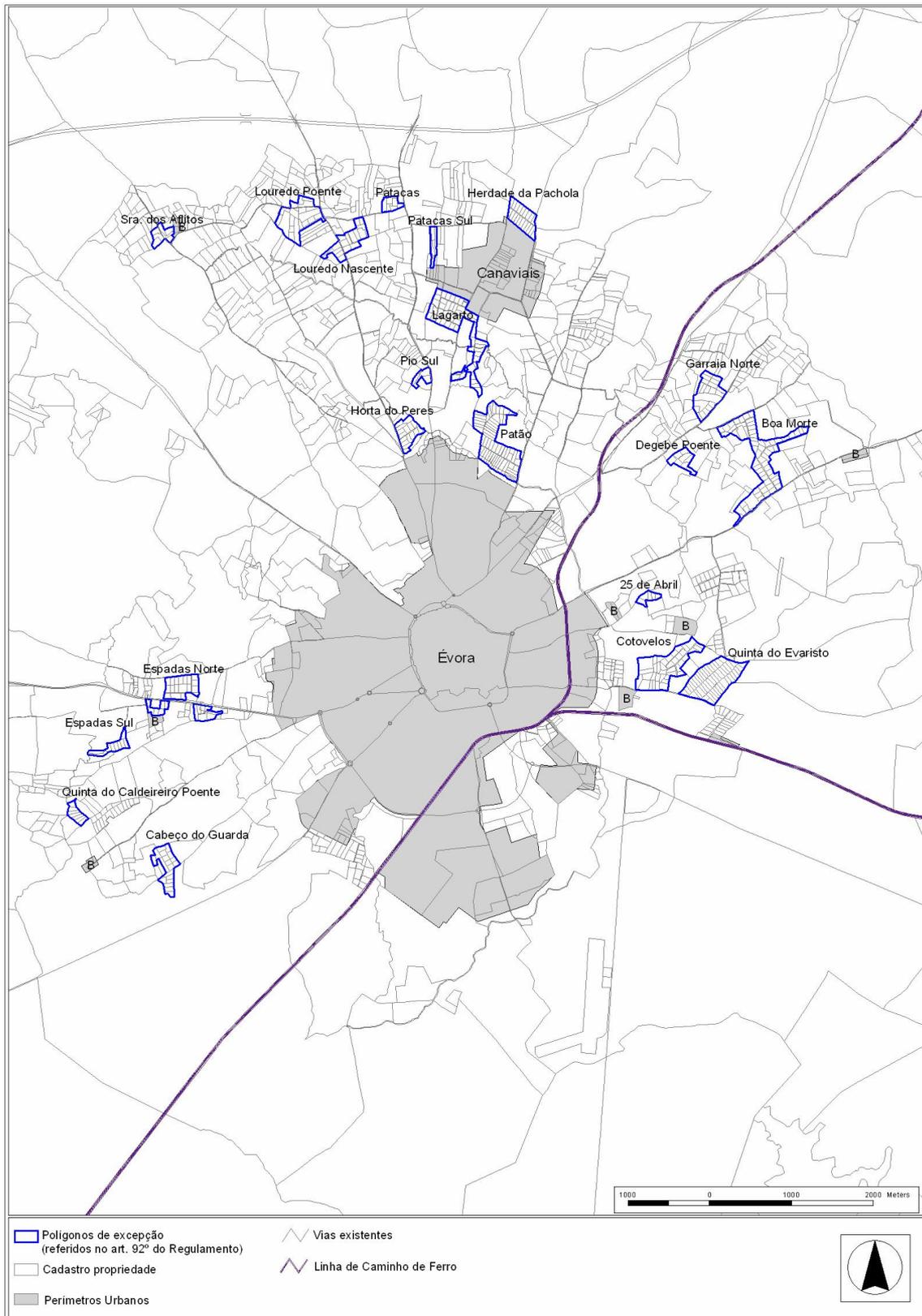


Figura 2: Quintinhas - localização dos polígonos a que se refere o art. 92º, 1, b) do Regulamento

Foram identificados 20 conjuntos correspondentes a 463 parcelas, das quais 353 se encontram edificadas, o que corresponde a 76,2 % do total. Face a um panorama com este grau de concretização pareceu mais adequado admitir a edificação das cerca de 100 parcelas não edificadas, do que deixá-las eventualmente abandonadas, no interior destes espaços já configurados para uma utilização mista de habitação e de agricultura a tempo parcial.

Quadro 13: Quintinhas – edificação nos polígonos a que se refere o art. 92º, 1, b) do Regulamento

Código	Designação	Nº total de parcelas	Parcelas s / const.	% parcelas edificadas	Área (ha)
1	Cabeço do Guarda	19	9	52,6	10,96
2	Quinta do Caldeireiro Poente	7	1	85,7	3,9
3	Espadas Sul	9	1	88,9	5,11
4	Espadas Norte	31	7	77,4	18,82
5	Sr. dos Aflitos	7	2	71,4	5,14
6	Louredo Poente	21	2	90,5	18,98
7	Louredo Nascente	18	2	88,9	12,67
8	Patacas	6	1	83,3	3,73
9	Patacas Sul	5	2	60,0	3,41
10	Horta do Peres	16	2	87,5	9,02
11	Pio Sul	5	1	80,0	3,18
12	Lagarto	58	10	82,8	29,52
13	Herdade da Pachola	20	9	55,0	10,37
14	Patão	56	11	80,4	30,54
15	Degebe Poente	8	1	87,5	5,52
16	Garraia Norte	20	3	85,0	14,7
17	Boa Morte	64	17	73,4	37,59
18	25 de Abril	5	1	80,0	2,94
19	Cotovelos	39	19	51,3	25,85
20	Quinta do Evaristo	49	9	81,6	25,64
	Totais	463	110		277,59

 Redelimitação do polígono

A fim de configurar os agrupamentos de parcelas existentes foram estes redelimitados, incorporando algumas parcelas intermédias, de forma a constituírem conjuntos sem soluções de continuidade, com o máximo de adjacências. A criação da possibilidade de edificação numa faixa de 50 metros em parcelas contíguas aos polígonos, resolve a integração dessas parcelas que se encontram na envolvente dos conjuntos – art. 92º, nº1, e).

Há contudo que ter em atenção que sobre uma parte das parcelas não edificadas impendem restrições de utilidade pública, nomeadamente a sujeição ao regime da REN ou da RAN, pelo que qualquer processo de licenciamento está dependente da desafecção das condicionantes que impendem sobre as áreas.

4.3.1.3 Espaços de Média e Grande Propriedade

Estes espaços abrangem a maior parte da área rural do concelho de Évora, caracterizada pelo predomínio da grande propriedade em que a maioria das quais excede os 50 ha, sendo aqui muito variadas as situações biofísicas presentes. As actividades agrícolas florestais e pastoris a desenvolver irão considerar essa diversidade de modo a proteger, valorizar e utilizar de forma sustentável os recursos presentes.

A fim de não incentivar a fragmentação da estrutura cadastral, apenas é admitida a ampliação de edifícios existentes e a construção de habitação destinada a alojamento do proprietário da exploração agrícola, seus familiares e, eventualmente, dos trabalhadores permanentes e de instalações de apoio à actividade agrícola em propriedades com área ≥ 25 ha, salvaguardando-se contudo a situação das parcelas pré-existentes com área $\geq 7,5$ ha, à data de submissão da presente revisão do PDME a discussão pública, assim como as parcelas de área inferior integrantes da malha cadastral anteriormente a 2 de Janeiro de 1985, data de publicação do PDM em vigor.

Para os empreendimentos turísticos, equipamentos desportivos e/ou outros, que pela sua natureza recomendem localizações exteriores às áreas urbanas é estabelecido um índice de utilização máximo, incluindo as construções existentes, e não acumulável, aplicável à totalidade da propriedade de $\leq 0,03$.

A fim de manter o carácter da paisagem rural preconiza-se uma morfologia/tipologia concentrada ou nucleada, recuperando modelos arquitectónicos próprios da região onde se inserem, em termos de volumetria, cêrcea e paleta de cores. A limitação da altimetria a um piso, não ultrapassando a altura da arborização existente, garante uma boa integração na envolvente.

4.3.1.3.1 Espaços Agrícolas e Florestais Indiferenciados

Estes espaços correspondem a superfícies a ser utilizadas em termos agrícolas e florestais de acordo com as suas aptidões e potencialidades, incluindo nestas as considerações que têm a ver com a multifuncionalidade exigível às paisagens rurais.

4.3.1.3.2 Zonas Agrícolas de Regadio

Estes espaços correspondem aos perímetros de rega da Vigia (existente e 2ª fase prevista) e do Alqueva (futuro bloco de rega de S. Manços), destinando-se essencialmente a usos agrícolas de regadio.

Tratando-se de áreas do concelho de Évora com solos de elevada fertilidade que são ou serão beneficiados por água para rega à custa de significativos investimentos públicos, justifica-se que fiquem reservados para o exclusivo uso agrícola intensivo de regadio, bem como para as estruturas e infra-estruturas essenciais ao desenvolvimento de tal uso.

Encontrando-se grande parte do futuro bloco de rega de S. Manços sobre um aquífero de produtividade elevada mas muito susceptível à contaminação, serão aplicadas as práticas agrícolas adequadas para que a água disponível no aquífero se mantenha como utilizável pela agricultura.

Nestes perímetros é ainda necessário assegurar uma estrutura de protecção e valorização ambiental que compense o artificialismo das obras de adaptação ao regadio e dos sistemas de produção intensivos, que fomente a biodiversidade e um funcionamento tão equilibrado quanto possível dos processos biofísicos.

Tal estrutura será essencialmente constituída por sebes, galerias ripícolas e algumas matas de reduzida dimensão, formando uma rede contínua e delineada de acordo com a rede de rega, com a rede viária, com as divisões das propriedades e das suas parcelas, com a rede de drenagem natural e com outras ocorrências significativas em termos de processos biofísicos que é essencial acautelar ou intensificar.

4.3.1.3.3 Zonas de Protecção ao Aquífero de Évora

Estes espaços abrangem a maior parte do sistema aquífero de produtividade elevada que se encontra a sul e sudeste da cidade de Évora, tendo-se excluído a superfície do aquífero que se sobrepõe com o futuro bloco de rega de S. Manços – incluída nos “Espaços Agrícolas de Regadio” - por se considerar como mais relevante esta última especificação, mantendo-se no entanto o mesmo tipo de regras. O objectivo fundamental para estes espaços consiste na conciliação possível dos sistemas produtivos com a manutenção da recarga do aquífero e com qualidade da água nele armazenada.

De facto, num concelho em que se verifica que a água é escassa e que, no geral, tende para se apresentar com muito baixa qualidade, constituindo um factor limitante do desenvolvimento, considera-se fundamental assegurar que nas albufeiras e no subsolo se retenha a máxima quantidade possível de água, também com a maior qualidade possível.

Neste sentido, estes espaços relativos ao aquífero de Évora devem ser utilizados de acordo com as potencialidades do solo mas tendo em atenção a necessidade de preservar a quantidade e qualidade da água armazenada no sistema aquífero. Para tal, propõe-se a

aplicação do código de Boas Práticas Agrícolas exigidas nas candidaturas às medidas agro-ambientais correspondentes a Zonas Vulneráveis, de acordo com a legislação em vigor¹¹, por forma a conseguir uma utilização equilibrada de adubos e de biocidas, bem como manter o solo em condições favoráveis para assegurar uma recarga normal do aquífero.

4.3.2. Espaços de Exploração Mineira

Incluem-se nesta subcategoria os solos dedicados à indústria extractiva de massas minerais não metálicas, incluindo as seguintes pedreiras em exploração: Barrocal 1 e 2, Fiúza e Pedreira da Vendinha.

A Pedreira do Monte das Flores, após o seu definitivo encerramento, destina-se a aterro de resíduos inertes conforme plano de recuperação já definido.

Estes espaços destinam-se exclusivamente à exploração de recursos minerais não metálicos, sendo unicamente autorizadas as construções instrumentais a essa actividade.

Nos Espaços de Exploração Mineira podem ainda ser instaladas unidades de transformação de inertes ou de fabricação de produtos que os incorporem, mediante cumprimento estrito da legislação ambiental aplicável.

Cada exploração possui, devidamente aprovado, um plano de gestão e recuperação ambiental e paisagística nos termos da lei.

4.3.3. Espaços Afectos a Actividades Industriais

Nestes espaços podem ser localizadas indústrias destinadas à transformação de produtos das actividades admitidas nas diferentes categorias de solo rural e ainda os estabelecimentos industriais que se considerem incompatíveis com os usos e funções em solo urbano, nomeadamente:

- Fabricação de betão ou produtos betuminosos, gesso, cimento ou marmorite;
- Preparação, transformação ou depósito de recursos minerais não metálicos, designadamente instalações para lavagem, britagem, classificação, entre outras;
- Estaleiros e parques de maquinaria.

¹¹ Veja-se “Boas Práticas Agrícolas aplicáveis nas explorações beneficiárias das Medidas Agro-Ambientais”, MADRP, DGDR, IFADAP, s.d. e, também, “Conservação do solo e da água – Manual Básico de Práticas Agrícolas”, MADRP, 2000.

É ainda admitida a instalação de indústria aeronáutica, com vista ao desenvolvimento de actividades de investigação, concepção, construção, montagem ou manutenção de aeronaves e de apoio à actividade aeronáutica ou com elas conexas.

A instalação nestes espaços fica condicionada à existência de infra-estruturas e à adopção de medidas de natureza ambiental, que visem atenuar os impactos visuais negativos sobre a paisagem.

4.3.4. Espaços destinados a Infra-Estruturas e Equipamentos

O solo rural integra também um conjunto de espaços destinados à instalação de infra-estruturas e outras actividades especiais, algumas já referidas ao longo deste relatório e que são consideradas de interesse estratégico para o desenvolvimento económico de Évora e que em seguida se identificam e descrevem sucintamente.

4.3.4.1 Infra-Estruturas

- a) Parque de Telecomunicações: torres e antenas de telecomunicações no Alto de S. Bento e Estação de Feixes Hertzianos
- b) Estações de Tratamento: aterro sanitário de resíduos sólidos urbanos do Distrito de Évora e do centro de triagem para separação e embalagem de resíduos utilizáveis e recicláveis.
- c) Estação de Tratamento de Águas Residuais de Évora.
- d) Subestação Eléctrica da Caeira

A implantação das infra-estruturas nestes espaços pressupõe tratamento ambiental adequado, designadamente no que respeita à sua inserção na paisagem.

4.3.4.2 Áreas Especiais de Comércio e Equipamentos

As áreas especiais incluídas nesta categoria e que compreendem os espaços que, não implicando a sua classificação como solo urbano, consentem usos múltiplos de comércio e equipamentos existentes ou previstos, considerados compatíveis com os princípios de ordenamento do solo rural, são as seguintes:

- a) Espaços Comerciais de Média e Grande Extensão, que se destinam à instalação de superfícies comerciais de abastecimento público na adjacência da Estrada Nacional n.º 114.
- b) Unidades Desportivas e Turísticas e Áreas Complementares;
- c) Aeródromo que constitui assento de equipamento de importância estratégica para

o modelo de desenvolvimento económico do concelho e da região e que inclui as instalações de apoio e a Estação Meteorológica. São propostas as acções que visem a modernização e redimensionamento desta infra-estrutura, a manutenção e valorização das actuais utilizações aeronáuticas de ensino e de desporto, bem como o acolhimento de novas actividades e funções, designadamente as que se relacionam com funções de transporte de mercadorias e passageiros e com a indústria de concepção, fabrico, montagem e manutenção de aeronaves.

- d) Expo-Évora – Parque de Exposições e Actividades Económicas Regionais, corresponde ao espaço multiusos que combina múltiplas funcionalidades nas vertentes social, cultural, económica e empresarial e será um empreendimento de apoio ao desenvolvimento económico de Évora , num local aberto sobre a cidade que integrará um pólo de concentração de serviços e outras actividades empresariais de suporte à actividade agrícola e agropecuária e onde se acolherão Feiras temáticas periódicas abrangendo actividades económicas regionais ou nacionais. Esta área com cerca de 30 ha, apresenta uma localização privilegiada, dada a sua dimensão e inter-relação visual e funcional com a cidade e o centro histórico. Assim, dada a sensibilidade do local o mesmo será objecto de um Projecto de Conjunto, que articule a funcionalidade com a sua qualificação urbanística, patrimonial e paisagística. No corredor ecológico que acompanha o talvegue do Xarrama, desenvolver-se-á um parque urbano de lazer que estabelecerá a transição entre esta área com o conjunto habitacional a Norte – Bairros de St.^a Luzia e Cotovelos – assegurando ainda a continuidade para a área verde envolvente da cidade.
- e) Equipamentos Diversos: Termas da Ganhoteira; Cemitérios; Carreira de Tiro; Plataforma Logística de Apoio a Estação de Comboio de Alta Velocidade, localizada no eixo internacional Lisboa/Madrid e na confluência dos principais eixos rodoviários – A6, IP2 e IC 33 e que se considera estruturante de toda a Região Alentejo, integrará diversas valências distintas mas complementares, nomeadamente Paragem de TGV e actividades conexas uso industrial para acolhimento de unidades de grandes dimensões e equipamentos turísticos estruturantes e outros de índole cultural e social.

4.3.5. Espaços de Protecção Ambiental

4.3.5.1 Zonas de Especial Valor Patrimonial

Incluem-se nesta classe de espaços três grandes manchas com uma notável densidade de património construído e, na sua maior parte, cobertas por montados contendo valores de fauna

e flora muito significativos: o SIC Monfurado a noroeste, uma mancha ao longo do limite sul do concelho, uma pequena mancha a jusante da Albufeira do Monte Novo.

A riqueza patrimonial aqui presente exige fortes medidas de salvaguarda e valorização de modo a preservar o seu carácter muito especial, manter a sua elevada estabilidade e produtividade, realçar a sua importância para a conservação da biodiversidade e da identidade dos elementos patrimoniais existentes, sem prejuízo da sua adequação à vida contemporânea.

Os usos agrícolas e florestais, que continuarão a ser dominantes, serão condicionados pelos valores patrimoniais, considerando-se como preferenciais os usos tradicionais ou outros que explorem sustentavelmente os recursos (pecuária extensiva, cortiça, lenhas, mel, plantas condimentares, cogumelos, entre outros). No que diz respeito aos montados, será essencial preservar a conectividade entre as manchas existentes, bem como manter bolsas de vegetação arbustiva em zonas marginais para a exploração silvo-pastoril.

Os incentivos públicos no âmbito das políticas ambientais, culturais e agrícolas devem apoiar o uso sustentável destes espaços, compensando os proprietários pelas perdas de rendimento motivadas por limitações às suas actividades fundamentadas no interesse público.

O SIC Monfurado que se encontra no concelho de Évora, integrado na lista nacional da Rede Natura 2000, está abrangida por legislação própria, que prevê a elaboração de um plano de acção sectorial.

No que respeita aos usos e regras específicas, sempre que surjam situações de incompatibilidade, prevalecem as funções de protecção e recuperação sobre as de produção.

Não são permitidas nestes espaços as explorações pecuárias em regime intensivo (“pecuária sem terra”) a instalação ou reinstalação de povoamentos florestais com espécies de rápido crescimento e a introdução de espécies arbóreas e arbustivas infestantes.

No que respeita à edificação consideram-se como preferenciais as acções que envolvam a recuperação e requalificação de edifícios e ampliação dos conjuntos edificados existentes, nomeadamente os de valor patrimonial. A construção de equipamentos orienta-se para actividades de educação e turismo ambiental, bem como para actividades recreativas ao ar livre não motorizadas.

Consideram-se como preferenciais os usos relacionados com a educação ambiental, com actividades científicas relativas a recursos naturais presentes e com percursos patrimoniais e ambientais, sendo admitida a caça ordenada.

4.3.5.2 Zonas de Protecção das Bacias de Alimentação de Albufeiras

Os escassos recursos hídricos do concelho de Évora e dos concelhos adjacentes, bem como a sua contínua degradação qualitativa, exige que os usos do solo presentes nas bacias que drenam para as albufeiras de abastecimento público se desenvolvam com especiais cuidados. De acordo com a reforma da Política Agrícola Comum (PAC), aprovada no âmbito da Agenda 2000 e com novas alterações já em 2003, a agricultura deve desempenhar um importante papel na preservação do ambiente em geral e na protecção dos recursos naturais em particular, tendo-se estabelecido que a concessão de ajudas fica sujeita à condição das actividades agrícolas se desenvolverem de forma a manter, ou mesmo melhorar, a qualidade do ambiente em que se insere, nomeadamente quanto ao solo e à água, enquanto principais recursos sobre os quais se exerce a pressão daquelas actividades.

Assim, nas áreas das bacias drenantes para as albufeiras do Monte Novo (Concelho de Évora), bem como das albufeiras do Divor e dos Minutos (Concelho de Arraiolos e de Montemor-o-Novo, respectivamente), é essencial que só sejam apoiados por incentivos públicos os usos agrícolas e florestais que se desenvolvam aplicando boas práticas no sentido da conservação do solo e da água, considerando-se como preferenciais os sistemas silvopastoris ou pastoris extensivos, os sistemas florestais essencialmente de protecção e os sistemas de agricultura biológica.

Nestas extensas superfícies, serão ainda permitidos outros sistemas agrícolas, florestais e/ou silvopastoris que assegurem a qualidade das águas superficiais e subterrâneas sem problemas significativos de poluição por fertilizantes, produtos fitofarmacêuticos ou dejectos pecuários. Relativamente a outras utilizações do solo permitidas nestas bacias hidrográficas, há que assegurar igualmente a sua compatibilidade com a manutenção da quantidade e com a melhoria da qualidade dos recursos hídricos superficiais.

4.3.5.3 Espaços de Protecção à Avifauna

Estes espaços abrangem uma parte da “zona pseudo-estepária” a sul e a sudoeste da cidade de Évora, zona essa que contém um importante património avifaunístico, com a presença de numerosas espécies protegidas por legislação nacional e directivas comunitárias. Pretende-se aqui assegurar a perenidade dessas populações através da conservação dos seus habitats, para o que será necessário avançar com sistemas de apoio (provavelmente no âmbito das medidas agro-ambientais) que incentivem a manutenção dos usos actuais do solo (sistemas arvenses e pastagens extensivas de sequeiro), compensando também eventuais perdas de rendimento dos proprietários que, pelo menos em alguns casos, teriam possibilidades de substituir os sistemas extensivos de sequeiro por sistemas intensivos de regadio ou por

plantações florestais.

Estes espaços abrangem uma parte da “zona pseudo-estepária” a sul e a sudoeste da cidade de Évora, que contém um importante património avifaunístico, com a presença de numerosas espécies protegidas por legislação nacional e directivas comunitárias. Pretende-se aqui assegurar a perenidade dessas populações através da conservação dos seus habitats.

Estes espaços devem ser objecto de um estudo adequado para implementação de medidas agro-ambientais que visem a salvaguarda da avifauna presente, nomeadamente impedindo a alteração do uso actual do solo, com a substituição das culturas extensivas de sequeiro por sistemas intensivos de regadio e plantações florestais.

É condicionada a instalação de linhas de alta e média tensão, bem como a construção de novas vias assim como a caça de acordo com as orientações decorrentes da conservação da avifauna.

4.3.5.4 Zonas de Parada Nupcial das Abetardas

Para além dos espaços para a protecção da avifauna acima referidos, foram ainda identificadas no concelho de Évora três “zonas de paradas nupcial da abetarda” que é necessário sujeitar a medidas mais rigorosas, com o objectivo de conservar esta espécie fortemente ameaçada e protegida por legislação nacional e directivas comunitárias.

A estas zonas, serão aplicados alguns condicionalismos ao uso e ocupação, exigidos pelo comportamento daquelas aves durante o período de reprodução. Também neste caso, e porque estas zonas se encontram em situações privilegiadas em termos agrícolas, devem ser encontradas formas de compensar os proprietários pela perda de rendimentos provocada pelas limitações às suas actividades, limitações essas decorrentes de inegável interesse público.

Em adição às regras estabelecidas para a classe de espaços de protecção à avifauna, as zonas de paradas nupciais da abetarda, estão ainda sujeitas a outras medidas de protecção como a não permissão da plantação de povoamentos florestais ou de sebes de compartimentação.

4.3.5.5 Áreas Envoltentes às Albufeiras de Águas Públicas

Estas áreas correspondem às Albufeiras do Monte Novo e de Alqueva, as quais se encontram abrangidas por Planos Especiais de Ordenamento do Território que prevalecem sobre os Planos Municipais de Ordenamento do Território.

4.4. ESPAÇOS CANAIS E PERCURSOS PATRIMONIAIS E AMBIENTAIS

4.4.1. Rede Rodoviária

As infra-estruturas rodoviárias do concelho de Évora integram as vias incluídas na Rede Rodoviária Nacional e as vias compreendidas na Rede Viária Municipal

Incluem-se na Rede Rodoviária Nacional, os troços da Auto-estrada nº 6 (AE), dos Itinerários Principais (IP), Complementares (IC) e das Estradas Nacionais (EN) que atravessam o território do município, bem como as Estradas Regionais (ER), nos termos definidos no Plano Rodoviário Nacional.

A Rede Viária Municipal compreende as Estradas Municipais (EM), os Caminhos Municipais (CM), os Eixos Urbanos Estruturantes e Outros Eixos Urbanos.

O sistema rodoviário existente no território do município de Évora distribui-se hierárquica e funcionalmente por três subsistemas, fixando-se no Regulamento do PDM normas para a sua gestão. Esses subsistemas são os seguintes:

- a) Primário, constituído pelas infra-estruturas rodoviárias da Rede Rodoviária Nacional, bem como pelas Estradas Municipais que estabelecem ou venham a estabelecer as ligações entre os principais aglomerados urbanos do concelho e a Cidade de Évora;
- b) Secundário, constituído pelos Eixos Urbanos Estruturantes;
- c) Terciário, que compreende Outros Eixos Urbanos e Caminhos Municipais classificados ou a classificar.

A criação do “anel rodoviário envolvente da cidade” aproveitando e completando as vias nacionais e internacionais (A6, IP2, IC33, e EN 114) virá melhorar as ligações entre os aglomerados urbanos das freguesias não urbanas do Concelho de Évora, na medida em que permitirá evitar a utilização das vias urbanas para a totalidade dos casos. Isto não obsta, contudo, a que se deva reformular a rede rodoviária municipal, por forma a que sejam facilitadas e encurtadas as deslocações desta natureza e possibilitada a realização de serviços de transporte público de carácter não radial.

Dentro desta perspectiva, serão prioritárias as ligações S. Miguel de Machede/N^a Sr.^a de Machede e Boa Fé / Guadalupe / Valverde, a que se deve associar a resolução do estrangulamento da via sob o aqueduto na ligação de Valverde à EN380.

Numa segunda ordem de prioridades, considera-se a ligação entre N^a Sr.^a de Machede e Vendinha, passando por Valongo e Montoito que há que completar, melhorar e adaptar, prevendo a sua utilização por transporte colectivo.

Complementarmente, há que dotar o CM1184 (entre Torre de Coelheiros e São Manços) de condições adequadas ao trânsito de viaturas pesadas, viabilizando a sua utilização por serviços de transporte colectivo.

Há também que proceder à recuperação e melhoria das vias que já hoje são utilizadas por transportes colectivos, mas que não dispõem de condições próprias para tal, como é o caso, por exemplo, dos caminhos municipais CM1079 (desde o limite do concelho até Valverde), CM1081 (ligação entre a EM 527 e Monte Brito), CM1083 (ligação entre a EN 370 e N^a Sr.^a da Boa Fé), CM 1086 (entre a EN114-4 e EN 114), CM1087 (ligação entre EM 527 e Pinheiro), CM1094 (ligação entre a estação de caminho de ferro de Évora e a EM 521) e CM1118 (ligação entre os concelhos de Évora, Viana do Alentejo e Portel) (ver Planta 2).

Nesta mesma perspectiva, justifica-se rectificar o perfil do troço da EM521 entre a EN18 e Torre de Coelheiros, conferindo-lhe características semelhantes às que esta estrada já dispõe no troço a sul desta localidade que se dirige para Oriola.

Ainda no âmbito das perspectivas de desenvolvimento das vias “rurais” da rede rodoviária municipal, mas com um menor nível de importância e urgência, inscreve-se a variante sul do CM1184 ao nó 152 do IP2.

No domínio das vias municipais da área envolvente à cidade de Évora, as questões que se colocam não são tanto de correcção da estrutura da rede, nem da criação de condições de circulação adaptadas a veículos pesados, mas mais de fechos de malha de uma rede rodoviária já bastante mais densa.

As ligações da EN114 à Estrada das Piscinas (junto ao Centro Comercial) e à EN114-4 e desta à EM527 concorrem para a criação de uma “segunda circular” à cidade (a grande circular já iniciada), pelo que estas ligações são prioritárias.

As ligações do CM1094 (Estrada de Almeirim) à EN254 e do Parque Industrial e Tecnológico ao IC33 (ou IP10) correspondem à necessidade de melhorar a acessibilidade a este Parque, pelo que são também prioritárias.

As ligações da EN254 à EN18, por um lado, e aos bairros 25 de Abril e Santa Luzia, por outro, bem como o anel de ligação deste bairro com o de Santo António e com a cidade de Évora, proporcionam hipóteses de melhoria da rede de transportes colectivos e de diversificação de fluxos significativos de tráfego direccionados à cidade.

Finalmente, consideram-se ligações de áreas densas a criar (caso da ligação contínua entre os bairros Senhor dos Aflitos, Canaviais e Coronheiras) ou a melhorar (pavimentação do CM1090-1, da ligação do Louredo com a estrada da Chaínha e do troço entre o Espinheiro e a EN18).

Ao nível do transporte ferroviário e da importância da reformulação da estrutura existente no concelho, preconiza-se a valorização da linha em funcionamento, que liga Évora à estação de Casa Branca, por forma a assegurar uma melhoria do serviço, quer ao nível do conforto dos passageiros, quer ainda no que respeita aos tempos reais de viagem entre Évora e outros destinos.

A obra compreende a modernização do troço em via única, sendo que poderão ser aplicadas (pela 1.ª vez em Portugal) travessas bi-bitola. Tal poderá suceder por este ser, caso não haja alteração de estratégia inicial, um troço a integrar na ligação de mercadorias que se pretende de Sines a Elvas. Todavia uma estratégia mais recente preconiza o funcionamento desta linha apenas numa primeira fase, em bitola ibérica, sendo este percurso substituído, numa segunda fase, por uma linha Sines-Poceirão, já em bitola europeia.

Com a modernização da linha do Alentejo desde o Poceirão até Casa Branca, haverá condições mais favoráveis para uma ligação Lisboa-Évora para passageiros permitindo assim alargar as potencialidades da cidade de Évora quer como zona residencial para cidadãos empregados na área metropolitana de Lisboa, quer como zona de emprego para residentes da AML.

4.4.2. Percursos Patrimoniais e Ambientais

- **Rede de Percursos Patrimoniais e Ambientais:**

É proposta uma rede de percursos que se estrutura nos valores patrimoniais e ambientais, apoiando-se na rede viária existente - fundamentalmente em estradas e caminhos municipais, em ramais ferroviários desactivados e, também, em outros caminhos rurais existentes.

A concepção desta rede assenta em vários objectivos:

- Permitir percorrer, observar e apreciar a enorme diversidade paisagística do concelho de Évora, sempre que possível através de vias alternativas às estradas de circulação intensa e/ou de grande velocidade;
- Ligar pontos de interesse no que respeita a património edificado, natural e paisagístico (incluindo pontos de vista especiais e linhas panorâmicas);
- Criar oportunidades de recreio e turismo complementares às actividades já

disponíveis em meio urbano (desportos de natureza e radicais, turismo ecológico e cultural, actividades de recreio ligadas a grandes espaços qualificados em termos ambientais, etc.). Neste sentido, estes percursos devem também ligar equipamentos recreativos e turísticos (centros hípicas, turismo rural, centros de desportos radicais, etc.);

- Manter vias abertas e em bom estado de conservação que percorram todo o território concelhio;
- Tirar partido e manter com uma utilização pública (e com potencialidades abertas ao futuro) as vias de caminho de ferro desactivadas, que vão sendo conquistadas por matos e apropriadas indevidamente por particulares.

Pretende-se que a rede de percursos (assinalada na Planta Complementar de Ordenamento / Geral – Concelho – Desenho 3-A) seja objecto de um futuro plano global que promova a fruição do público, a preservação dos valores presentes e o respeito pelas actividades agrícolas e florestais desenvolvidas nos terrenos confinantes. Este plano deverá indicar a natureza e características diversificadas dos vários circuitos (pedonais, equestres, de ciclistas, de veículos todo-o-terreno ou ferroviários; sua extensão; tipos de interesses em causa; seu aproveitamento turístico; sua sinalização), bem como o modo como se processará a sua implementação, manutenção e conservação, envolvendo os proprietários confinantes que deverão ter com estes circuitos benefícios directos ou indirectos.

- **Rede de Eco-vias**

O Projecto REVERMED (liderado localmente pela Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional - CCDR) tem como objectivo a implementação de uma rede verde europeia no arco Mediterrâneo Ocidental, com mais de 10.000 Km, que ligue o Sul de Portugal com o sul de Itália atravessando as regiões mediterrâneas de Espanha e França.

A Rede Verde é constituída pelas vias de comunicação reservadas para o transporte não motorizado, tais como vias verdes, vias pecuárias, caminhos de serviços fluviais e de canais, trilhos de bicicleta, caminhos rurais e estradas de pouco tráfego acondicionadas para este uso.

Em Setembro de 2001 é assinada a declaração de Lille que define as vias verdes como “vias de comunicação autónomas reservadas para as deslocações não motorizadas, desenvolvidas num quadro de desenvolvimento integrado que valorize o meio ambiente e a qualidade de vida, cumprindo as condições suficientes de largura, pendente e qualidade superficial para garantir uma utilização em convivência para todos os utilizadores com qualquer capacidade física”.

A criação de uma Rede Verde tem incidência positiva em aspectos sociais, económicos e ambientais, que se podem concretizar nos seguintes benefícios:

- Satisfazer a procura social por espaços abertos para ócio e desporto ao ar livre;
- Promove outras formas de mobilidade não motorizadas, estimulando a intermodalidade de transportes;
- Estabelece uma nova relação entre campo e cidade introduzindo conotações ambientais no planeamento das cidades;
- Recuperação, manutenção e revalorização dos bens de domínio público, nomeadamente o património natural e cultural;
- Desenvolvimento sustentável apoiado no ecoturismo e criação de serviços (acomodação, restauração, etc.);
- Diversificação da oferta turística favorecendo o fluxo de zonas saturadas a outras pouco exploradas;
- Dinamização e diversificação socio-económica de zonas rurais, periurbanas e degradadas;
- Criação de corredores verdes que comuniquem com espaços naturais singulares, com especial incidência nos que estão incluídos na Rede Natura 2000;
- Constituí um suporte idóneo para a educação ambiental;
- Favorece a biodiversidade. Muitos dos troços da Rede reunirão condições para ser considerados autênticos corredores ecológicos.

● **Pólos museológicos e centros interpretativos:**

O imenso espólio patrimonial existente no concelho de Évora, é da maior pertinência a criação de pólos museológicos e de centros interpretativos.

Os pólos museológicos são unidades turísticas desenvolvidas a partir dos inúmeros monumentos arqueológicos existentes no concelho, destinadas a fornecer apoio logístico à Rede de Percursos Patrimoniais e Ambientais. Os centros interpretativos encarregam-se de promover e informar a população a respeito dos pólos museológicos. Estes centros devem também poder facultar visitas guiadas aos pólos museológicos.

4.5. INFRA-ESTRUTURAS

4.5.1. Rede de Abastecimento Público de Água

A problemática da água para o abastecimento e o saneamento, tem um novo enquadramento pela criação da empresa Águas do Centro Alentejo e pelo funcionamento do Sistema de

Abastecimento e Saneamento previsto.

A empresa Águas do Centro Alentejo, S.A, é concessionária do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Centro Alentejo, que abrange os municípios de Alandroal, Borba, Évora, Mourão, Redondo e Reguengos de Monsaraz e uma população servida de aproximadamente 92 mil habitantes.

O Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Centro Alentejo é um sistema integrado criado com o objectivo de melhorar a qualidade da água para consumo público e providenciar um tratamento adequado às águas residuais na área geográfica de abrangência aos seis municípios servidos.

Este sistema permitirá realizar a captação, o tratamento e a distribuição de água para consumo público e também a recolha, tratamento e rejeição de efluentes de uma população total residente que se estima atinja, em 2031, mais de 112 mil habitantes.

O investimento total previsto efectuar, até 2007, é de cerca de 66,32 milhões de euros e irá incidir, fundamentalmente, na melhoria das unidades de tratamento da água para consumo público e de tratamento das águas residuais e na optimização da gestão dos recursos hídricos do centro alentejo.

A entrada em pleno funcionamento do sistema irá permitir melhorar os níveis de atendimento da população abrangida para 98% no abastecimento de água e para 90% na recolha e tratamento de águas residuais. Através do controlo ao nível das origens de captação de água e da melhoria das unidades de tratamento, este projecto irá trazer benefícios ao nível da promoção da qualidade de vida da população e da preservação dos ecossistemas da região do Alentejo Central.

As principais propostas de intervenção a realizar nos próximos anos, incluindo, quando quantificável, estimativas de custos e respectivas prioridades.

O Plano geral do abastecimento será assim composto pelas seguintes acções:

- Garantir a melhoria da qualidade da água na origem, o que exige uma gestão mais cuidadosa e rigorosa da bacia hidrográfica da albufeira do Monte Novo;
- A implementação de um projecto piloto para avaliar a capacidade de exploração e utilização do Aquífero de Évora para abastecimento público de água potável, ou para outras utilizações não domésticas;
- Um novo sistema de elevação e adução que fará o abastecimento às seguintes localidades: N.^a Sr.^a de Machede, S. Miguel de Machede, Azaruja, S. Manços, Torre de

Coelheiros, Vendinha, S. Vicente de Valongo, Guadalupe, S. Sebastião da Giesteira, Valverde, Boa Fé e, ainda, para Reguengos de Monsaraz / Mourão.

- A manutenção de dois sistemas autónomos em Graça do Divor e S. Brás do Regedouro;

No que se refere ao Aquífero de Évora será recomendável:

- Realizar experiência piloto na área do aquífero, para avaliar a sua efectiva capacidade de assegurar caudais e água com qualidade suficiente para consumo humano. Nota-se, desde logo, que o facto desta área ser atravessada pela adutora do Monte Novo, facilitará a realização deste aproveitamento;
- Contribuir para a poupança das massas de água superficial existentes no Concelho e na Região, através da construção de novas redes de condutas, a partir da abertura de uma malha de furos a efectuar sobre a área do aquífero coincidente com a área urbana, ou na sua proximidade, que possibilite o aproveitamento económico desta água, para usos não domésticos, como sejam: a rega de espaços verdes urbanos, a lavagem de espaços públicos, algumas utilizações industriais, etc., aproveitando e rentabilizando este recurso “barato”, por não necessitar de um tratamento muito exigente para este tipo de utilização, nem grandes consumos energéticos para a sua adução;
- Adoptar medidas regulamentares que assegurem a preservação do aquífero, dada a sua susceptibilidade à contaminação, na definição na regulamentação da presente revisão do PDME.

Importa enumerar as seguintes conclusões:

- Verificando-se tendência para uma **crecente eutrofização** das diversas massas de água presentes no Concelho, e sendo estas resultantes, sobretudo, da actividade agrícola e pecuária, afigura-se indispensável adoptar medidas de defesa das bacias das duas albufeiras. Uma hipótese seria a de as afectar, progressivamente, à floresta.
- Sendo os **actuais recursos hídricos insuficientes** face à perspectiva de desenvolvimento do Concelho, justifica-se a ligação do Alqueva ao Monte Novo.
- O **sistema de abastecimento de água** da Cidade encontra-se no **limite da sua capacidade**. O mesmo se passa com a ETAR. As povoações rurais confrontam-se com eventual insuficiência de água (nalguns casos), ou com pontual falta de qualidade (noutros casos).
- São necessários, nos próximos anos, **investimentos significativos neste domínio**, reforçando o sistema Monte Novo/Cidade/Povoações Rurais.

- Tal aposta não deverá inibir a **preservação de fontes alternativas**, nomeadamente a da Graça, mantendo o Aqueduto em funcionamento.
- Também o potencial do **aquífero de Évora deverá ser defendido**, utilizando para rega e limpeza a água poluída da Cidade e controlando / compatibilizando as restantes actividades ao longo de todo ele.

4.5.2. Drenagem e Tratamento de Águas Residuais

As principais acções a desenvolver neste domínio são:

- Redimensionamento de alguns dos principais emissários da Rede de Évora (os actualmente sub-dimensionados e os que vierem a apoiar as novas áreas urbanizáveis da Cidade e sua Área Envolvente);
- Construção de ETAR na povoação que ainda não a possui - Vendinha;
- Construção/remodelação de novas ETAR's: na Boa Fé, Estação das Alcáçovas e Bairro do Degebe, para substituição das existentes;
- Realização de pequenas obras de afinação e melhoramento nas seguintes ETARs: S. Miguel de Machede, Nossa Senhora de Machede, Azaruja, Torre de Coelheiros, Graça do Divor;

4.5.3. Infra-estruturas Eléctricas

Conforme se explanou no capítulo referente ao diagnóstico, pode afirmar-se que o concelho de Évora dispõe das infra-estruturas eléctricas necessárias. Com efeito, segundo a publicação conjunta do INE/CCRA de 1997: **Os Municípios do Alentejo** estas abrangem praticamente a totalidade do território, servindo 98,5 % da população residente.

Estas infra-estruturas satisfazem com apreciável qualidade e fiabilidade as necessidades existentes e previsíveis para os próximos 10 anos, mesmo considerando o significativo aumento do consumo de energia eléctrica que tem acontecido nos últimos anos.

Contudo, **está prevista a ligação** a médio prazo das subestações (60/30/15 KV) de Pegões / Vendas Novas / Montemor, possibilitando-se a interligação a 60 KV de Évora –Caeira (60/30/15 KV) a Setúbal (S. Sebastião), sendo que as ligações Setúbal – Pegões e Évora (Caeira) – Montemor, já existem e está em plano a ligação Vendas Novas – Pegões.

Dado que na área de S. Sebastião se aproximam as redes de média tensão provenientes das subestações de Montemor e Évora, propõe-se a ligação das mesmas, o que permitiria o funcionamento em “anel” a partir de duas origens, com significativa melhoria na qualidade e fiabilidade no serviço.

A EDP, irá a curto prazo, a criar um “anel circular” de duas linhas de 15 KV paralelas, dirigidas pelo Norte e Poente da Cidade ao Parque Industrial e deste à subestação da Caeira permitindo um recurso mais eficaz à rede existente nesse percurso, actualmente de menor capacidade.

Prevê-se ainda a criação da 3ª subestação de Alta Tensão de Évora, a localizar perto da cidade e junto ao CM 1085.

4.5.4. Rede de Telecomunicações

Face ao exposto no relatório sectorial, pode concluir-se que o concelho de Évora está dotado de um bom nível de infra-estruturas de telecomunicações, com total digitalização da comutação telefónica, apresentando um valor de linhas de rede (LR) por fogo bastante elevado.

A lista de espera actual corresponde a um valor residual muito pouco significativo, sendo o tempo médio de resposta a novos pedidos de instalação (dois dias úteis) praticamente insignificante.

Possui sistemas e suportes de transmissão capazes de dar resposta a eventuais novas solicitações que venham a acontecer nos próximos anos, quer por residentes, ou instituições e agentes económicos existentes, quer por outros que se venham a instalar.

Embora estes sistemas possam sofrer eventuais ampliações, de momento satisfazem as necessidades socio-económicas concelhias, podendo igualmente contribuir para captação de novos investimentos, dada a importância crescente que as telecomunicações vêm a desempenhar no mundo actual.

4.6. EQUIPAMENTOS

No que respeita ao ensino, por decisão da Câmara Municipal encontra-se em elaboração a Carta Educativa que desenvolve a programação deste tipo de equipamentos e que faz parte integrante do Plano Director Municipal.

Tendo em conta a análise desenvolvida no capítulo referente ao diagnóstico da situação actual relativa a equipamentos, remete-se para o documento Carta Educativa no que respeita a propostas para o parque escolar do concelho.

Para os equipamentos desportivos do concelho estão previstas 3 pistas de atletismo nas freguesias do Bacelo (1), Sra. da Saúde (1) e Malagueira (1) e 5 grandes campos de jogos nas freguesias do Bacelo (3) e da Malagueira (2). Deverão ainda ser previstos 10 pequenos campos de jogos na área urbana das freguesias do Bacelo (4 campos), da Sra. da Saúde (3 campos), da Horta das Figueiras

(2 campos) e da Malagueira (2 campos) e também na área envolvente das freguesias dos Canaviais (2 campos), da Sra. da Saúde (1 campo) e da Malagueira (1 campo). As povoações da área rural das freguesias de S. Bento do Mato/Azaruja, S. Miguel de Machede, S. Vicente do Pigeiro/Vendinha, Guadalupe, Graça do Divor e N^a Sra. da Boa Fé, deverão ser igualmente alvo da construção destes equipamentos desportivos.

Deveria ainda ser prevista 1 piscina coberta e 1 piscina descoberta na freguesia do Bacelo e 1 piscina descoberta na freguesia da Sra. da Saúde.

Ao nível do social perspectiva-se o reforço da rede de equipamentos de apoio à infância na cidade e avaliada a necessidade ou não deste tipo de estabelecimento na área envolvente da cidade e nas povoações da área rural em função das expectativas da respectiva população residente.

No apoio à terceira idade, deverá ser reforçada a rede deste tipo de equipamentos nas freguesias da Malagueira, Sra. da Saúde e Bacelo e em toda a área envolvente com excepção da Freguesia da Horta das Figueiras. Na área rural deverá ser reforçada a capacidade dos equipamentos existentes nas freguesias de S. Bento do Mato/Azaruja, N^a Sra. da Tourega/Valverde, S. Manços, N^a Sra. de Machede, S. Miguel de Machede, Guadalupe e S. Sebastião da Giesteira.

Novas farmácias nas freguesias do Bacelo (2), Horta das Figueiras (2) e Malagueira (1) e postos de medicamentos na Vendinha, Guadalupe, Graça do Divor, S. Sebastião da Giesteira e Boa Fé revelam-se também importantes no reforço da rede destes equipamentos no concelho.